



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ELIS REGINA PÔNCIO

**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: O CASO
IFRS**

Porto Alegre

2019

ELIS REGINA PÔNCIO

**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: O CASO
IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Andréa Poletto Sonza

Porto Alegre

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P795a Pôncio, Elis Regina

Acessibilidade atitudinal nas instituições de ensino: o caso do IFRS /
Elis Regina Pôncio – Porto Alegre, 2019.

84 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andréa Poletto Souza

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado
Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto
Alegre, 2019.

1. Acessibilidade. 2. Educação inclusiva. 3. Educação Profissional e
Tecnológica. I. Souza, Andréa Poletto. II. Título

CDU: 376

Elaborado por: Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura. CRB10/2229.



INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ELIS REGINA PÔNCIO

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: O CASO IFRS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 12/08/2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa Dra Andréa Poletto Sonza
IFRS – Campus Bento Gonçalves
Orientadora

Profa Dra Ana Sara Castaman
IFRS – Campus Sertão

Profa Dra Débora Conforto
Rede Marista – PUC/RS

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL



Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ELIS REGINA PÔNCIO

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: O CASO IFRS

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 12/08/2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa Dra Andréa Poletto Sonza
IFRS – Campus Bento Gonçalves
Orientadora

Profa Dra Ana Sara Castaman
IFRS – Campus Sertão

Profa Dra Débora Conforto
Rede Marista – PUC/RS

Minhas vitórias eu as dedico à memória de
meu Pai Daniel e aos meus grandes amores
incondicionais: meu filho Bruno, minha mãe
Lúcia e minhas gatinhas.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) pela oportunidade de realizar este curso, com Ensino público, gratuito e de qualidade, me proporcionando agregar conhecimento necessário para esta atual formação. A todas as pessoas que colaboraram para a realização e finalização desta pesquisa; em especial agradeço:

À orientadora, Profa Dra Andréa Poletto Sonza, pela competência, respeito e gentileza com que conduziu este processo, do embrião da ideia, das mudanças necessárias, até a sua síntese.

Às Professoras, Dra Ana Sara Castaman e Dra Débora Conforto, pelas importantes contribuições.

Aos familiares que me apoiaram de uma maneira ou de outra, de acordo com suas possibilidades psicológicas e financeiras.

Aos queridos amigos, colegas e eventuais “conhecidos”, que acompanharam partes da minha trajetória e que também contribuíram com seus conhecimentos e habilidades: Aline Delfim, Anderson Dall Agnol, Gizelly Salvador, Lael Nervis, Marcelo Tavares, Mário Deboni, Renata Delfim, Ricardo Ferraz, Ricardo Sampaio, Suelen Bordin e Woqiton Lima Fernandes.

Aos colaboradores, tanto os que contribuíram tão gentilmente com a pesquisa, expondo suas vidas, como os que contribuíram com a avaliação do Produto Educacional.

E a todos, que mesmo não nominados, estão em meu coração agradecido e festivo, meus sinceros agradecimentos, por suas contribuições indiretas e por terem vibrado na energia do bem, para o meu bem-estar e pleno êxito neste trabalho! GRATIDÃO é o que move a minha caminhada neste mundo!

*Na fronteira da identidade com a alteridade brota cresce e
revela-se a existência; existência que é semelhança e
diversidade, igualdade e estranheza e que nos torna a todos
estrangeiros lá mesmo onde nos pensávamos instalados e
seguros.*

(Luciana Bicalho Cavanellas, 2000).

RESUMO

O presente estudo trata-se de pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pertencente à área de Ensino e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Concentrado na área da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está ligado à linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica”. O tema desta pesquisa versa sobre a conscientização da prática da acessibilidade atitudinal como forma de eliminação das barreiras atitudinais contra Pessoas com Deficiência nas IEs. Tem como problema, a pergunta central: “Como um Produto Educacional (PE) tecnológico pode contribuir para minimizar barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência existentes nas instituições de Ensino?” E como hipótese: “Um PE digital e acessível (e-book) proposto por uma psicóloga e orientado por uma educadora da EPT, com o intuito de ser utilizado por educadores, como sendo uma ferramenta alternativa de ensino-aprendizagem, educação-conscientização, pode contribuir, de modo interdisciplinar, com as áreas da Educação e do Ensino, no sentido de tornar as instituições educativas espaços atitudinalmente mais acessíveis”. Essa dissertação tem como objetivo geral identificar elementos que comprovam a existência de barreiras atitudinais nas inter-relações sociais, acadêmicas e profissionais, entre pessoas com e sem deficiência, na instituição de Ensino pesquisada, para, por meio do Produto Educacional, contribuir com a superação das dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência. E, como objetivos específicos: conhecer os conceitos e princípios teóricos acerca de barreiras e acessibilidade atitudinal e inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de Ensino; investigar, no contexto educativo do IFRS, suas perspectivas diante da Educação Inclusiva; elaborar um PE que permita a conscientização sobre as barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência nas instituições de Ensino; aplicar o PE a um grupo de profissionais da Educação e estudantes, de diferentes espaços educativos, com vistas a avaliá-lo. O público-alvo foi composto por alunos e servidores (docentes e técnicos), sendo pessoas com e sem deficiência, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, dos *campi* Bento

Gonçalves e Osório. A metodologia está baseada na abordagem qualitativa, com estudo de caso e pesquisa documental. A técnica utilizada para a coleta de dados foi o Grupo Focal. Para o tratamento e análise dos dados utilizou-se da técnica de “Análise de Conteúdo”. Quanto aos resultados foram identificados, para além do preconceito, outros dois elementos que podem levar ao desenvolvimento de barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência, são eles: o desconhecimento e a negligência. Nesse sentido, o Produto Educacional criado, caracterizou-se como um e-book de conscientização, que possibilita ampliar em espaços educativos, as discussões acerca de ações afirmativas referentes ao tema proposto. A base teórica sustenta-se em dois principais autores: Lev Semyonovich Vygotsky, teórico da Educação Socio-histórica e David Rodrigues, especialista em Educação Inclusiva. Também foram trazidas algumas contribuições de Romeu Sasaki, consultor em inclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade Atitudinal. Barreiras Atitudinais. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino e Pessoas com Deficiência. Psicologia e Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The present study deals with the research of the Professional Master's Degree of the Post-Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), belonging to the teaching area and recognized by the Coordination of Improvement of Higher Level (CAPES) of the Ministry of Education. Concentrated in the area of Vocational and Technological Education (EFA) is linked to the research line "Educational Practices in Vocational and Technological Education". The theme of this research is about the awareness of the practice of attitudinal accessibility as a way to eliminate attitudinal barriers against people with disability in higher education institutions. It has as its problem the central question: "How can a technological Educational Product (PE) contribute to minimize attitudinal barriers against people with disability in educational institutions?" And as a hypothesis: "A proposed digital and accessible PE (e-book) by a psychologist and guided by an EPT educator, in order to be used by educators, as an alternative teaching-learning, education-awareness tool, can contribute in an interdisciplinary way to the areas of Education and Teaching, making educational institutions more attitudinally accessible spaces". This dissertation have as general objective to identify elements that prove the existence of attitudinal barriers in social, academic and professional interrelationships, between people with and without disability, in the researched institution, through the Educational Product, to contribute to overcoming difficulties experienced by people with disability. And, as specific objectives: to know the concepts and theoretical principles about barriers and attitudinal accessibility and inclusion of people with disabilities in educational institutions; investigate, in the educational context of IFRS, its perspectives on Inclusive Education; elaborate an EP that allows awareness of attitudinal barriers against people with disabilities in educational institutions; apply the EP to a group of education professionals and students from different educational backgrounds to assess it. The target audience was composed of students, teachers and technical staff, being people with and without disability, to Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS), of Bento Gonçalves and Osório campuses. The methodology is based on the qualitative approach, with a case study and documentary research. The technique used for the data collection was the "Focal

Group”; for the treatment and analysis of the data was used the technique of “Content Analysis”, in the Bardin perspective (2016). Regarding the results, in addition to prejudice, two other elements that can lead to the development of attitudinal barriers against people with disability were identified: ignorance and neglect. In this sense, the Educational Product created was characterized as an awareness e-book, which makes it possible to broaden the discussion about affirmative actions related to the proposed theme in educational spaces. The theoretical basis was sustained by two main authors: Lev Semyonovich Vygotsky, theorist of Socio-historical Education and David Rodrigues, specialist in Inclusive Education. Also brought some contributions from Romeu Sasaki, inclusion consultant

Keywords: Attitudinal Accessibility. Attitudinal Barriers. Professional and Technological Education. Teaching and People with Disability. Psychology and Inclusive Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFETs** - Centros Federais de Educação Tecnológica
- CF** – Constituição Federal
- CTA** – Centro Tecnológico de Acessibilidade
- EI** – Educação inclusiva
- EPT** – Educação Profissional e Tecnológica
- GTs** – Grupos de trabalhos
- IEs** – Instituições de Ensino
- IFs** – Institutos Federais
- IFES** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
- IFRS** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
- LBI** – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (*Estatuto da Pessoa com Deficiência*)
- LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais
- MEC** - Ministério da Educação
- NAPNE** – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
- OD** – Organização Didática
- PcD** – Pessoa (s) com Deficiência
- PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PE** – Produto Educacional
- PEI** – Plano Educacional Individualizado
- PPI** – Projeto Pedagógico Institucional
- ProfEPT** – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
- RFEPCT** – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- UTFPR** – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
CAPÍTULO I	23
2.1 BARREIRAS E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL	23
CAPÍTULO II	28
2.2 INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: PODEMOS ADMITIR UMA EDUCAÇÃO QUE NÃO SEJA INCLUSIVA?	28
CAPÍTULO III	33
2.3 O CASO: O IFRS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	33
3 METODOLOGIA	37
4 ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E RESULTADOS	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	57
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	61
APÊNDICE C – LEGENDAS E DADOS DOS SUJEITOS DA PESQUISA	62
APÊNDICE D - UNIDADES DE REGISTRO	66
APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	72
ANEXO A – TCLE	79
ANEXO B - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL CAMPUS BENTO GONÇALVES	82
ANEXO C - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL CAMPUS OSÓRIO	83
ANEXO D – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL CAMPUS PORTO ALEGRE	84

APRESENTAÇÃO

Ninguém inclui ninguém! Não há alguém que inclui ativamente e alguém que é incluído passivamente. Incluir supõe interagir, disposição de todos e não de um. Inclusão é relação, interação e é na qualidade das relações que a diversidade ganha seu maior sentido e potencializa sua riqueza. Ser inclusivo é dispor-se ao novo, ao inusitado, à transformação. Inclusão, como interação de qualidade destrói a ideia de fora e dentro que o termo sugere, para dar-se conta de que há um todo transformado pela postura e pelas práticas inclusivas (BULGARELLI, 2013, p. 2).

Esta pesquisa insere-se ao grupo de investigações que objetivam discutir aspectos relacionados às políticas de inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) em instituições de Ensino (IEs), com a proposição de um produto tecnológico. A relevância deste estudo é indiscutível, pois possibilita ampliar as discussões acerca de ações afirmativas para a diversidade humana, especificamente, em relação aos direitos das PcD. Por ser a temática da inclusão na Educação bastante ampla, foi necessário fazer um recorte, de forma, que o tema ficou determinado como: a conscientização da prática da acessibilidade atitudinal como forma de eliminação das barreiras atitudinais contra Pessoas com Deficiência nas IEs. A justificativa para a escolha dessa temática é a de que: cabe aos educadores, juntamente com o Estado e a família, zelar para que os direitos das PcD sejam respeitados.

Tanto a temática, a justificativa deste estudo e o seu Produto Educacional (Apêndice A) condizem com os pressupostos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), com base na sua área de atuação, que é a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Segundo o Art. 39 da Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) “a EPT, no cumprimento dos objetivos da Educação Nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de Educação e às dimensões do trabalho, da Ciência e da Tecnologia” (BRASIL, 1996, p. 18). E ainda, com a linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica”, de acordo com o regulamento do ProfEPT (IFES, 2019).

Assim, inicio a apresentação deste estudo expondo, na forma de questão reflexiva, certa inquietação profissional, enquanto Psicóloga em uma instituição pública de Ensino Superior: como a Psicologia pode contribuir com a Educação, no sentido de refletir sobre possibilidades de diminuição das limitações impostas às PcD nas instituições de Ensino? Limitações essas, que quando impostas pelas próprias instituições, impedem a efetiva inclusão, o pleno desenvolvimento acadêmico, profissional e social dessas pessoas. Esta questão conduziu à formulação da pergunta central, estabelecendo-se então, o problema de pesquisa, qual seja: “Como um Produto Educacional tecnológico pode contribuir para minimizar barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência, existentes nas instituições de Ensino”?

Neste contexto é preciso considerar que cabe também ao psicólogo sensibilizar e instrumentalizar, não somente docentes, mas também outros profissionais da Educação e do Ensino, acerca de como melhor acolher e incluir estudantes com deficiência. Além disso, é imprescindível acolher e orientar as famílias das PcD, de forma, inclusive, a atuarem conjuntamente, pois muito importante é que se percebam, para além das limitações da deficiência, as potencialidades de cada estudante e a sua singularidade.

O referencial teórico foi construído dialogando com Vygotsky e Rodrigues, indiscutivelmente dois pesquisadores que, em épocas diferentes, contribuem na reflexão sobre a deficiência e sobre o potencial da diversidade humana. No estudo dos “Fundamentos de Defectologia”, Vygotsky (1997) preocupou-se em compreender a deficiência para além do viés biológico e limitador. Mesmo reconhecendo a base orgânica da deficiência, esse autor defendia que o maior problema de uma pessoa com deficiência consiste na forma como a sociedade lida com a sua “diferença”, já que, para ele, entre a pessoa e sua deficiência, está o meio social.

De David Rodrigues (2006) foi utilizado a obra “Inclusão e Educação”, além de uma de suas palestras (2014) concernentes à temática desta pesquisa. A obra deste autor provoca a reflexão sobre os desafios da inclusão na Educação e cabe destacar, que embora, a referida obra seja do ano de 2006, permanece atual em 2019. Além disso, David Rodrigues se aproxima do pensamento de Vygotsky, ao sustentar a ideia da escola (instituição de Ensino) ser uma instituição mais excludente, do que inclusiva e, por conseguinte, a Educação ser privilégio de

alguns e não, um direito de todos. E ainda, porque essa obra tem a característica de diálogo com o leitor, ao trazer questionamentos tais como: o que é e quem é o “outro” – o diferente dentro do contexto da EI? Como incluir sem discriminar? Como lidar com o preconceito dentro das instituições de Ensino? Também foi utilizado o autor Romeu Sasaki (2014), para abordar as dimensões da acessibilidade.

Após a introdução apresentada no item 1 (um), apresenta-se o referencial teórico no item 2 (dois), o qual foi dividido em três capítulos:

No capítulo I, tem-se o item 2.1 que discorre sobre acessibilidade atitudinal e as barreiras que as PcD enfrentam para estudar e trabalhar. Dessa forma, abordando os termos: discriminação, preconceito, desenho universal e seus princípios; bem como, os tipos de deficiência, dimensões da acessibilidade e recursos de Tecnologia Assistiva.

No capítulo II, apresenta-se o item 2.2 intitulado “Inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino: podemos admitir uma Educação que não seja inclusiva?”. Neste item discorre-se sobre os fenômenos da exclusão e sobre os desafios da inclusão das PcD nas IEs; sobre as inter-relações entre essas e a instituição, bem como, com a sociedade. Esse capítulo também aborda as estratégias de defesa - de compensação e supercompensação, utilizadas pelas PcD, para poderem conviver com as limitações impostas pelo meio. Aborda ainda, a noção de “diferença” no contexto da Educação e do Ensino; e, a possibilidade de se pensar a Educação “utopicamente”, de forma, a tornar-se genuinamente inclusiva.

E no capítulo III, tem-se o item 2.3, intitulado como “O caso: o IFRS na perspectiva da Educação Inclusiva”. Nesse ponto é apresentado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), alguns documentos que abordam questões relevantes quanto à educação inclusiva da instituição e as ações afirmativas que esse realiza, visando a inclusão, permanência e êxito das PcD, bem como de outros estudantes com necessidades educacionais específicas.

No item 3 (três) apresenta-se a metodologia adotada para a pesquisa, a qual se delinea como um estudo qualitativo, caracterizado como estudo de caso e pesquisa documental. Neste capítulo, também são mencionados os objetivos, a

tipologia, a técnica de análise e o instrumento de coleta de dados utilizados na pesquisa.

No item 4 (quatro) são apresentados, de acordo com a “Análise de Conteúdo” de Bardin (2016), a análise, o tratamento, a interpretação dos dados e os resultados. Esse capítulo também apresenta os procedimentos de elaboração do Produto Educacional (PE), que resultou na criação de um e-book, sua aplicação e avaliação. E também foi respondida a questão problema. Neste capítulo são apresentados ainda, os procedimentos da avaliação do PE, encerrando-se a presente dissertação com as Considerações Finais no item 5 (cinco).

Sobre as etapas da prototipação do PE, a primeira versão foi idealizada como um gibi digital e evoluiu para um e-book, em uma perspectiva mais discursiva. Nesta fase, foram realizadas em torno de dez revisões. Posteriormente tornou-se uma versão mais interativa, com uso de *QR Codes*.

Sobre a originalidade do PE: foram realizadas buscas na base do eduCAPES (<https://educapes.capes.gov.br/>), utilizando como termos de busca as expressões "Acessibilidade atitudinal em Instituições de Ensino", "Barreiras Atitudinais contra Pessoas com Deficiência", "Mídias Educacionais" e "E-books Educacionais". E como filtros de busca "Tipos de Mídias" e "Livro Digital".

Essa busca teve como objetivo encontrar um produto registrado como “Produto Educacional” e com a característica específica deste, qual seja: “e-book” que abordasse o tema acessibilidade e barreiras atitudinais contra PcD em instituições de Ensino, pautado no paradigma da Educação Inclusiva.

Para além do eduCAPES, dos vários repositórios vinculados a Instituições de Educação e Ensino, optou-se ainda por pesquisar nos seguintes locais: Portal do Professor do MEC (<portaldoprofessor.mec.gov.br>): nesse pesquisou-se os recursos de multimídia educacionais, por meio do link “Educação Profissional e Tecnológica”; no link de “Cursos e Materiais” pesquisou-se a base de dados de “Materiais de apoio ao ensino profissional e tecnológico”; no site do IFAM (<http://mpet.ifam.edu.br/dissertacoes-defendidas/>) foram pesquisados os PE cadastrados no link do Mestrado em Ensino Tecnológico; no site do Colégio Pedro II (<http://www.cp2.g12.br/blog/mpcp2/produtos-educacionais>) pesquisou-se no Programa de Mestrado Profissional – Práticas de Educação Básica. O Banco Internacional de Objetos Educacionais, que é um portal ligado ao MEC, por dois

dias consecutivos de pesquisa, reportou erro no servidor. No site Gestão Educacional (<https://sites.google.com/site/agestaoeducacional/ebooks>) foi realizada a pesquisa por “e-books educacionais”.

A busca referente aos repositórios citados resultou em *nenhum* PE com as características específicas do nosso; e nem com a mesma temática “acessibilidade atitudinal e barreiras atitudinais contra PcD nas instituições de Ensino”.

Uma breve revisão crítica das investigações sobre o tema também foi realizada no Banco de Dados da Capes e na Biblioteca Eletrônica Científica *Online* (SciELO), referente às produções dos últimos cinco anos. Foi utilizada a busca por assunto, com os termos “acessibilidade atitudinal”, “barreiras atitudinais” e “pessoas com deficiência nas instituições de Ensino”. Dessa forma, concluiu-se que tais investigações são ainda incipientes e que permanecem no campo teórico, ou seja, que transitam no campo das reflexões sobre como as pessoas com e sem deficiência percebem as barreiras atitudinais; e, se e como as PcD as enfrentam. Portanto, em sua maioria, as pesquisas voltadas para esse tema carecem de produções tecnológicas que visem a melhoria das interações sociais com as PcD dentro das IEs, no sentido do efetivo combate às atitudes discriminatórias. Por isso justifica-se tratar de tal tema no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica propondo a investigação e a criação do Produto Educacional, sendo de suma importância, por meio da tecnologia, com material adequado, fomentar ações de sensibilização e conscientização, dando destaque ao referido tema.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está concentrado na área da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a qual compreende os processos educativos em espaços formais e não formais de Ensino, relacionados ao mundo do trabalho e à produção de conhecimento, em uma perspectiva interdisciplinar, com vistas à integração dos campos do Trabalho, da Ciência, da Cultura e da Tecnologia. Aborda a realidade de uma instituição de Ensino, no que tange à dimensão da acessibilidade atitudinal e conseqüentes barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência; considerando que as PcD têm, por lei, para além do ingresso, garantidas a qualidade na permanência e na conclusão de seus estudos.

Estudar, trabalhar e se tornar um cidadão é direito de todas as pessoas que compõem uma sociedade; portanto, naturalmente é também das PcD. Mas se às PcD, lhes é negado o direito à plena cidadania, é porque ainda, em determinadas situações, constituímos uma sociedade excludente.

Dessa forma, apresenta-se como objeto empírico – estudo de caso - uma instituição pública de EPT, especificamente os *campi* Bento Gonçalves e Osório, do IFRS. A pesquisa contou com 15 participantes, sendo esses: alunos, docentes e técnicos (pessoas com e sem deficiência). O tema da pesquisa foi delimitado como: a conscientização da prática da acessibilidade atitudinal como forma de eliminação das barreiras atitudinais contra Pessoas com Deficiência nas IEs.

Para justificar esta pesquisa, tomou-se como ponto de partida o Art. 205 da Constituição Federal (CF):

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 66).

O referido artigo da CF torna claro que a Educação é um direito universal e que “ninguém pode ficar de fora”; que se deve zelar pelo desenvolvimento de todas as pessoas, possibilitando-lhes estudo e trabalho - por meio do estudo e do trabalho construímos nossa identidade social e nos sentimos pertencentes ao “meio”. Neste estudo privilegia-se a questão específica do direito das PcD à

Educação; e, nesse caso, a realidade brasileira se mostra um tanto desfavorável, porque as PcD ainda enfrentam desafios sociais para conseguirem estudar.

Referente aos direitos das PcD, antes mesmo de serem assegurados pela LBI, sua garantia já vinha sendo amparada em outros documentos da legislação brasileira, tais como: a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das PcD ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000); o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), que regulamenta a Lei 10.098 supracitada; o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a “Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” (BRASIL, 2009); o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o “Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite”, o qual tem como uma de suas diretrizes a garantia de um sistema educacional inclusivo.

Sendo a Educação, um direito de todos e dever do Estado e da família, justifica-se investigar que barreiras as PcD enfrentam nas IEs. Tal justificativa torna-se plausível, na medida em que se busca, por meio deste estudo e de seu PE, maior conscientização (quanto ao cumprimento do Art. 205 da CF) por parte de profissionais da Educação, gestores, e da sociedade como um todo. E ainda, por este estudo estar pautado nos princípios da EPT buscou-se contribuir para que, às PcD, também seja possível a construção e manutenção de um pensamento crítico, política e socialmente falando; que, às PcD seja permitido questionar o que está posto nas IEs, quanto à possibilidade de existência de barreiras atitudinais contra elas.

Com base na justificativa traçou-se como objetivo geral: identificar elementos que comprovam a existência de barreiras atitudinais nas inter-relações sociais, acadêmicas e profissionais, entre pessoas com e sem deficiência, na instituição de Ensino pesquisada, para, por meio do Produto Educacional, contribuir com a superação das dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência. E, como objetivos específicos: conhecer os conceitos e princípios teóricos acerca de barreiras e acessibilidade atitudinal, e da inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de Ensino; investigar, no contexto educativo do IFRS, suas perspectivas diante da Educação Inclusiva; elaborar um PE que permita a conscientização sobre as barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência nas instituições de Ensino; aplicar o PE a um grupo de profissionais da

Educação e estudantes, de diferentes espaços educativos, com vistas a avaliá-lo. Diante da premissa de que, quanto maior a conscientização acerca da necessidade de tornar os ambientes educativos acessíveis para as PcD, maior será a permanência e o pleno desenvolvimento dessas pessoas; e, por este estudo estar inserido na linha de pesquisa “Práticas Educativas em EPT”, elegeu-se como problema, a pergunta central: "Como um Produto Educacional tecnológico pode contribuir para minimizar barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência existentes nas instituições de Ensino?"

E, como hipótese destacou-se: Um PE digital e acessível (e-book) proposto por uma psicóloga e orientado por uma educadora da EPT, com o intuito de ser utilizado por educadores, como sendo uma ferramenta alternativa de ensino-aprendizagem, educação-conscientização, pode contribuir de modo interdisciplinar, com as áreas da Educação e do Ensino, no sentido de tornar as instituições educativas espaços atitudinalmente mais acessíveis. Dessa forma, acredita-se que possa prevalecer nas inter-relações a equidade, a solidariedade e a alteridade.

Por considerar-se este um estudo interdisciplinar, as reflexões foram articuladas por meio de campos teóricos diversificados, tendo como base dois autores: Lev Vygotsky (autor de referência no embasamento do trabalho educacional na atualidade, com sua teoria psicológica e educacional socio-histórica) e David Rodrigues (pesquisador especialista em inclusão). Outro autor utilizado foi Romeu Sasaki, consultor em inclusão, por apresentar as sete dimensões da acessibilidade (SASSAKI, 2014) e suas respectivas barreiras.

De Vygotsky utilizou-se a obra “Fundamentos de Defectologia” (1997) pelas importantes contribuições da Psicologia para a Educação. Nessa obra, o autor discutiu o desenvolvimento psíquico e cognitivo das PcD, na perspectiva de sua interação com o meio e a cultura em que essa vive, o que nos permite a compreensão de que “a deficiência está no social e não na pessoa”. De Rodrigues, utilizou-se a obra organizada por ele “Inclusão e Educação” (2006).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO I

2.1 BARREIRAS E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

Para refletirmos sobre barreiras e acessibilidade atitudinal faz-se necessário trazer o conceito de PcD, os tipos de deficiência e de barreiras, o conceito de “discriminação”, de desenho universal e seus princípios; além do conceito de acessibilidade e suas dimensões.

A LBI (BRASIL, 2015, p. 1) em seu Art.2º considera PcD aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Impedimento esse, que em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Para além de definir o conceito de PcD, essa lei observa que a deficiência não está na pessoa e sim no meio – esse é que produz barreiras, ao não ser capaz de suprir as necessidades advindas das características específicas de cada pessoa.

De acordo com o Decreto Federal 5.296 (BRASIL, 2004), as deficiências são categorizadas como:

Deficiência física: Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; **Deficiência auditiva:** Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; **Deficiência visual:** CEGUEIRA, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a BAIXA VISÃO, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; **Deficiência múltipla:** Associação de duas ou mais deficiências; e, **Deficiência intelectual:** Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho (BRASIL, 2004, p. 1-2, grifo nosso).

Referente às barreiras, a LBI (BRASIL, 2015, p. 2), em seu Art. 3º considera que qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, impedirá o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, dentre outros.

Segundo esta mesma lei, as barreiras são classificadas em:

Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; **Barreiras arquitetônicas:** as existentes nos edifícios públicos e privados; **Barreiras nos transportes:** as existentes nos sistemas e meios de transportes; **Barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; **Barreiras atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da PcD em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; **Barreiras tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da PcD às tecnologias (BRASIL, 2015, p. 2, grifo nosso).

De todos os tipos de barreiras, este estudo, pela natureza de seu tema, destaca as atitudinais, trazendo para reflexão a possibilidade de que essas sejam erguidas em consequência de atitudes discriminatórias. No Art. 4º da LBI está assegurado que “toda PcD tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. E que, em razão da deficiência, discriminação são as diferentes formas de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, com o intuito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da PcD (BRASIL, 2015, p. 3).

No que tange aos conceitos de desenho universal e de acessibilidade, segundo o Art. 55º da LBI (BRASIL, 2015, p. 13) os princípios do desenho universal devem seguir as normas de acessibilidade, na concepção e na implantação de projetos, que tratem, tanto do meio físico, de transporte, como dos meios de informação e comunicação, inclusive, de sistemas e tecnologias da informação e comunicação; e de outros serviços, equipamentos e instalações

abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana, como na rural.

De acordo com Salton; Dall Agnol; Turcatti (2017, p. 14) o desenho universal é sustentado por sete princípios, os quais foram criados por profissionais da área de arquitetura da Universidade Estadual da Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Quando utilizado por qualquer grupo de usuários, evitando, na medida do possível, segregar ou estigmatizar determinados grupos é definido como **Equiparável**. **Flexível** se acomoda um grande leque de habilidades e preferências individuais, oferecendo opções de diferentes formas de uso. **Simples e intuitivo** ao proporcionar utilização de fácil compreensão, independente da experiência do usuário, dos seus conhecimentos, aptidões linguísticas ou nível de concentração, eliminando complexidade desnecessária. **Perceptível** quando fornece eficazmente ao usuário a informação necessária, independente das condições do ambiente ou habilidades sensoriais do usuário, utilizando diferentes formas de apresentação dessas informações, maximizando sua legibilidade. **Tolerância ao erro** se diminui o risco de ações involuntárias ou acidentais. **Mínimo esforço** quando pode ser utilizado de forma eficaz e confortável com um mínimo de esforço. **Tamanho e espaço** quando tem espaço e dimensão adequada para a abordagem, manuseio e utilização, independentemente da estatura, mobilidade ou postura do usuário (SALTON; DALL AGNOL; TURCATTI, 2017, p. 14, grifo nosso).

Especificamente, em relação às Diretrizes Curriculares da EPT e do Ensino Superior e à formação das carreiras de Estado, o Art. 55º da LBI refere, em seu parágrafo 3º, que “cabará ao poder público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal” (BRASIL, 2015, p. 13).

Para além da “inclusão dos temas”, acrescentamos que, quanto à parte pedagógica, na prática diária de sala de aula e serviços educacionais de apoio, as IEs devem dispor de recursos de Tecnologia Assistiva, para que seja possível ofertar às PcD, um ambiente de aprendizado acessivelmente adequado, com materiais didáticos, jogos e brincadeiras adaptados.

Segundo Salton; Dall Agnol; Turcatti (2017, p. 15) “a Tecnologia Assistiva se diferencia das demais tecnologias pela sua finalidade explícita de servir para maior autonomia, participação e inclusão social das PcD [...]”.

A LBI, em seu Art. 3º (p. 1) define acessibilidade como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias; bem como, de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por PcD ou com mobilidade reduzida. Sobre os direitos das PcD, o Art. 53 da LBI declara que: “acessibilidade é direito que garante às PcD ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (BRASIL, 2015, p. 13).

Segundo Sasaki (2014) a acessibilidade abrange sete dimensões:

Arquitetônica: sem barreiras físicas construídas no interior e no entorno de [...] escolas em geral, de órgãos públicos e nos meios de transportes coletivos particulares ou públicos [...]; **Comunicacional:** sem barreiras na comunicação interpessoal, “adequação às sinalizações de locais (em atenção às pessoas cegas ou com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais [...] junto às IEs, para dar suporte em sala de aula, bem como, em outros eventos educacionais, tanto para educadores, como para alunos surdos [acréscimo nosso]; **Programática:** Sem barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas; **Metodológica:** Sem barreiras nos métodos, teorias e técnicas de estudo, de trabalho, etc., [...] Com novas metodologias na execução de serviços; instruções baseadas nas inteligências múltiplas; uso de todos os estilos de aprendizagem; novos conceitos de aprendizagem e de avaliação de conhecimentos e habilidades [...] **Instrumental:** Sem barreiras nos instrumentos, ferramentas e utensílios de estudo, de trabalho [...]; **Natural:** Sem barreiras nos espaços criados pela natureza e existentes em terras de propriedade pública ou particular; **Atitudinal:** Sem barreiras culturais (preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações nos comportamentos da sociedade para com as PcD), como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores em geral e da convivência na diversidade humana nos mais diversos locais de atividade humana (SASSAKI, 2014, p. 4-6).

As sete dimensões da acessibilidade nos trazem a compreensão de que a sociedade, para ser inclusiva precisa ser antes, acessível. Dessa forma compreendemos que para haver acessibilidade atitudinal nas instituições de Ensino, não pode haver atitudes preconceituosas, estigmatizantes, estereotipadas e discriminatórias para com as PcD. A acessibilidade atitudinal é a base para que todas as outras seis dimensões sejam possíveis de existir. Sasaki (2009) sugere a formação e conscientização da sociedade sobre a prática da acessibilidade

atitudinal, a fim de estimular inter-relações "mais humanizadas" entre as pessoas com e sem deficiência nos diversos ambientes sociais. Por "mais humanizadas", compreendemos que sejam inter-relações livres de "violência simbólica"¹.

¹ Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essa relação de força (BOURDIEU; PASSERON, 2013, p. 19).

CAPÍTULO II

2.2 INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: PODEMOS ADMITIR UMA EDUCAÇÃO QUE NÃO SEJA INCLUSIVA?

Antes de falarmos sobre a inclusão de PcD nas IEs, temos que refletir sobre como se estabelecem as inter-relações entre os indivíduos em uma sociedade; e, se incluir supõe interagir, que tipo de inter-relação se estabelece entre sociedade e PcD.

Para melhor entendermos essa “interação humana” recorreremos à teoria psicológica socio-histórica ou sociocultural do psiquismo humano, de Vygotsky, também conhecida como abordagem sociointeracionista. Para Vygotsky (1997), as pessoas só se desenvolvem se estiverem inseridas em um contexto histórico situado no tempo e no espaço, bem como, inseridas no social e, conseqüentemente, inseridas no contexto político e cultural. Nesse contexto o desenvolvimento do “homem” se dá por meio de processos contínuos de transformação de si e, conseqüentemente, do mundo que o rodeia.

Especificamente em relação ao estudo do desenvolvimento humano das PcD, Vygotsky definiu a deficiência em primária (referente às limitações de ordem orgânica) - que se acentuam de acordo com as limitações impostas pelo meio; e secundária (referente às conseqüências psicossociais da deficiência), ou seja, como se dá o desenvolvimento de sua personalidade ao interagir com o meio, o qual lhe imputa a culpa da limitação, atribuindo à sua condição, um significado de “algo ruim” (VYGOTSKY, 1997):

[...] la propia acción del defecto resulta siempre secundaria, no directa, reflejada. [...] el niño no siente directamente su deficiencia. Percibe las dificultades que derivan de la misma. La consecuencia directa del defecto es el descenso de la posición social del niño; el defecto se realiza como desviación social. Se van reestructurando todos los enlaces, todos los momentos que determinan el lugar del hombre en el medio social, su papel y destino como partícipe de la vida, todas las funciones de la existencia social (VYGOTSKY, 1997, p. 18).

Seguindo a lógica de que a interação precede a inter-relação, pode-se inferir que é preciso haver “interação” para acontecer o desenvolvimento humano saudável; e que, quando a influência mútua não se dá de forma “adequada”, não há “interação”, ficando alguém “de fora” da relação. Nesse momento, o

desenvolvimento, tanto físico, quanto psíquico, de quem ficou “de fora” pode ficar “comprometido”. Na ausência de “interação”, a inter-relação não tem como existir, a alguém foi negado a totalidade de seu desenvolvimento – será que é nesse momento que se configura o fenômeno da exclusão? Nesse momento que o “diferente” é instituído no contexto social?

Para Rodrigues (2006), no contexto da Educação e do Ensino, a noção de “diferença” vem do discurso moderno sobre a diferenciação pedagógica, por meio da qual separam os alunos em: com “pequenas” e com “grandes” diferenças de desenvolvimento (os que são identificados a nível médico-psicológico são distinguidos dos que apresentam dificuldades na aprendizagem).

De acordo com Rodrigues (2006) ser diferente é: “na acepção comum, viver em uma sociedade cujos valores consideram determinadas características da pessoa como merecedoras de ser classificadas como deficiência ou dificuldade” (RODRIGUES, 2006, p. 305). Ainda segundo o autor, a diferença não é estruturalmente dicotômica, por não existir um critério generalizado e objetivo que permita classificar alguém como “diferente”. Esse autor coaduna a teoria socio-histórica de Vygotsky ao afirmar que: “a diferença é, antes de tudo, uma construção social histórica e culturalmente situada” (RODRIGUES, 2006, p. 305).

Rodrigues (2006) refere também que, “por outro lado, classificar alguém como ‘diferente’ parte do princípio de que o classificador considera existir outra categoria – que é de ‘normal’, na que ele naturalmente se insere” (ibidem, p. 305). E, por existir o “classificador” do que seja “diferente” e do que seja “normal”, é que a exclusão existe, é que as barreiras atitudinais existem, tornando-se práticas comuns, inclusive, nos espaços tidos como inclusivos.

Para que as PcD possam sobreviver à exclusão, elas criam em sua mente, possibilidades e estímulos, desenvolvendo mecanismos, que Vygotsky (1997) chamou de “compensação” e “supercompensação”. Para este autor todo “defeito” cria estímulos para elaborar uma compensação - para compensar o funcionamento insuficiente do órgão - para que a deficiência seja transformada em força e em capacidade. Essa compensação ocorre por meio do conflito, que se estabelece, entre a pessoa que possui uma deficiência e o meio social. Nem sempre acontece, mas quando há a vitória do organismo, as dificuldades originadas pelo “defeito” são vencidas e o organismo se eleva em seu próprio desenvolvimento a um nível superior, criando, a partir do “defeito” uma

capacidade; da debilidade, uma força; da menos-valia a mais-valia, possibilitando à PcD, uma nova e elevada reorganização do crescimento e formação de sua personalidade (VYGOTSKY, 1997):

Supercompensación, su esencia se reduce en lo siguiente: todo deterioro o acción perjudicial sobre el organismo provoca por parte de éste reacciones defensivas, mucho más enérgicas y fuertes que las necesarias para paralizar el peligro inmediato. El organismo constituye un sistema de órganos relativamente cerrado e internamente conectado, que posee una gran reserva de energía potencial y de fuerzas latentes. [...] la elevación a un nivel más elevado a través de la superación de un peligro, son importantes para la medicina y la pedagogía, para la terapia y la educación. Y en psicología este fenómeno se ha utilizado ampliamente cuando se comenzó a estudiar la psique, no aisladamente del organismo, como un alma enajenada del cuerpo, sino dentro del sistema del organismo, como su función peculiar y superior. Resultó que en el sistema de la personalidad, la supercompensación desempeña un papel igualmente importante (VYGOTSKY, 1997, p. 42).

Diante desse cenário refazemos a pergunta: “Podemos admitir uma Educação que não seja inclusiva?”. E sendo assim, trazemos contribuições de Rodrigues (2006) sobre as “dimensões de inclusão”, que podem nos ajudar a compreender o porquê de, no Brasil, talvez, por enquanto, não ser tão viável vermos uma EI na prática. Segundo Rodrigues (2006, p. 11) as dimensões de inclusão são: a essencial e a eletiva.

A inclusão essencial está diretamente ligada aos direitos humanos e justiça social, ao ser a dimensão que assegura a todas as pessoas, sem exceção, o acesso e a participação, “sem discriminação”, a todos os níveis e serviços existentes na sociedade.

A dimensão eletiva assegura que as pessoas, independentemente de sua condição, têm o direito de se relacionar e interagir com os grupos sociais que bem entenderem, em função dos seus interesses; de transitar por diferentes grupos, em vez de permanecerem em grupos fixos, pré-estabelecidos pelo “preconceito social”.

Para Rodrigues (2006, p. 12) as duas dimensões de inclusão são complementares: “a inclusão essencial é a base para que se possa falar numa real inclusão eletiva”; e que, ainda não alcançamos essa real inclusão eletiva, não sabendo, se algum dia a alcançaremos.

A inclusão das PcD é uma das formas de efetivar a Educação como inclusiva, de maneira que, no exercício de “incluir”, essas pessoas sejam reconhecidas como indivíduos, que podem ou não apresentar necessidades específicas e, conseqüentemente, ter direitos específicos, amparados por leis específicas, baseadas nos princípios dos direitos humanos. Porém, segundo Rodrigues (2006), a discussão sobre EI é polêmica, por várias razões:

Uma das principais é sem dúvida a contradição entre a letra da legislação e a práticas das escolas. O discurso da inclusão ou a “ideologia da inclusão (Correia, 2003) não têm, frequentemente, uma expressão empírica e, por vezes, fala-se mais da EI como um mero programa político, ou como uma quimera inatingível, do que, como uma possibilidade concreta de opção numa escola regular”. Tanto a legislação como o discurso dos professores, se tornou rapidamente “inclusivos”, enquanto, as práticas nas escolas, só muito discretamente, tendem a ser mais inclusivas. Recentemente afirmamos, que “é preciso não invocar o nome da inclusão em vão”, tentando “mapear” esta distância entre os discursos e as práticas (RODRIGUES, 2006, p. 302).

Diante da distância entre discursos e práticas na EI, Rodrigues (2014) propõe pensar “utopicamente a Educação”. Dessa forma, deixa claro seu desejo de que seja alcançada, de fato, uma EI no futuro. Porém, segundo ele, para isso acontecer, antes de qualquer coisa, será preciso rejeitar a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno. Segundo esse autor, uma instituição, que pretenda ser inclusiva, deve “desenvolver políticas, culturas e práticas que valorizem a participação ativa de cada aluno na formação de um conhecimento construído e partilhado” (RODRIGUES, 2014, p. 302).

No contexto do ensino-aprendizagem das PcD, de acordo com Rodrigues (2006), especificamente, referente às questões pedagógicas, os educadores devem se valer dos processos de aprendizagem com “abordagens diferentes”; porque somos todos diferentes e nos baseamos em concepções e modelos de aprendizagem diferentes:

O certo é que não só os alunos são diferentes, mas também os professores – e ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo (negativo) de alguns. A Educação Inclusiva dirige-se assim, aos “diferentes”, isto é... a todos os alunos. E é ministrada por “diferentes”, isto é, por todos os professores (RODRIGUES, 2006, p. 306).

Educadores que ensinam PcD, se baseando nos parâmetros da aprendizagem funcional (a que se dá, sem qualquer dificuldade) acabam criando

desigualdade para muitos alunos. Ainda, segundo Rodrigues (2006) uma IE que diga oferecer educação-ensino e aprendizagem de acordo com o paradigma da EI, não pode permanecer na “ignorância da diferença”.

Finalizamos, portanto, este capítulo corroborando a citação de Rodrigues (2006):

A EI não é uma cosmética da educação tradicional, nem uma simples estratégia de melhoria da escola: constitui a promoção da formulação da educação em novas bases que rejeitem a exclusão e promovam uma educação diversa e de qualidade para todos os alunos (RODRIGUES, 2006, p. 13).

É preciso que a sociedade compreenda que a inclusão é uma prática social que se aplica em todas as esferas, dentre elas a educacional, explicitada nas "atitudes em perceber a si e aos outros como diferentes". E que a equidade seja compreendida não como forma de igualar pessoas com e sem deficiência, mas como forma de proporcionar "igualdade de oportunidades" para as PcD.

CAPÍTULO III

2.3 O CASO: O IFRS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O IFRS faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) constituída por 38 Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs), 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), além de Escolas Técnicas vinculadas às Universidades. Os IFs, criados pela Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), são instituições de educação básica, profissional e superior, pluricurriculares e com multicampi. Especializados na oferta de EPT nas diferentes modalidades de ensino, contribuem para a construção socioprofissional de jovens e adultos, em todo o território nacional.

Esta instituição é composta por 18 (dezoito) unidades sendo a reitoria, localizada em Bento Gonçalves, além dos campi: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

A Educação Inclusiva no IFRS visa atender às necessidades educacionais específicas de todos os estudantes, mediante o desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas, as quais são asseguradas por meio de documentos construídos coletivamente, tais como: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)² - destaque para o Capítulo 4 que trata da Organização Didática (OD), que é o desdobramento das concepções e políticas expressas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI)³; o próprio documento da Organização Didática⁴; a Política de Ações Afirmativas do IFRS⁵; o Plano Educacional Individualizado (PEI)⁶; as obras: “Soluções Acessíveis: experiências inclusivas no IFRS (2014)”, “Ações afirmativas: a trajetória do IFRS como

² Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Resolucao_084_18_Aprova_PDI_2019_2023_Completa.pdf.

³ Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Resolucao_084_18_Aprova_PDI_2019_2023_Completa.pdf (Capítulo 3).

⁴ Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/OD-Alterada-Publica%C3%A7%C3%A3o-Portal-1.pdf>.

⁵ Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>.

⁶ Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/IN-PEI-21.12_Publicada_em_271218.pdf.

instituição inclusiva (2016)”⁷, "Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais (2017)”⁸, "Reflexões sobre o Currículo Inclusivo (2018)”⁹, dentre outras.

O IFRS tem constituído, em cada um dos *campi*, um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o qual constitui um setor propositivo e consultivo que media a EI, visando eliminar as barreiras nas variadas dimensões da acessibilidade. Seu público-alvo, as pessoas com necessidades educacionais específicas, são todas aquelas cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtornos do espectro autista e outros transtornos ou dificuldades de aprendizagem. Entre suas principais finalidades, destacam-se:

Incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição; contemplar e implementar as políticas nacionais de EI; incentivar, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições que atuem com interesse na educação/atuação/inclusão profissional para pessoas com necessidades educacionais específicas; participar do ensino, pesquisa e extensão nas questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas nos âmbitos estudantil e social; promover a divulgação de informações e resultados de estudos sobre a temática, no âmbito interno e externo dos *campi*, articulando ações de inclusão em consonância com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; promover a cultura da educação para a convivência, aceitação e respeito à diversidade; integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade, propiciando sentimento de corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição; garantir a prática democrática e a inclusão como diretriz do campus; buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na Instituição; e promover capacitações relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2016, p. 25).

O IFRS possui ainda, equipes de apoio que atuam para facilitar as ações afirmativas, para além dos NAPNEs, na busca de promover o acesso pleno à Educação como direito de todos. Dessa forma, tem se organizado por meio de Grupos de Trabalhos (GTs), comitês e comissões. Alguns desses grupos são: a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas; Comissão de Estudos Surdos; Comitê do Pacto Universitário em Direitos Humanos; e GTs: Acessibilidade Física, Comunicacional e Instrumental; Política de Ingresso Discente; Acessibilidade para Surdos; Currículo Inclusivo, Certificação

⁷ Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/category/publicacoes/nossos-livros/>.

⁸ Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/category/publicacoes/nossos-livros/>.

⁹ Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/category/publicacoes/nossos-livros/>.

Diferenciada, Política de Atendimento Educacional Especializado, Nome Social, dentre outros.

Essa proatividade levou o IFRS a tornar-se pioneiro na construção de políticas de inclusão, com destaque no campo da acessibilidade dirigida a discentes, docentes e servidores federais. A instituição possui uma Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, que "é o órgão responsável pelo planejamento e coordenação das ações relacionadas à política de inclusão no IFRS" (IFRS, 2019). E destaca como ações afirmativas, para o acesso e permanência das PcD:

- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, que exijam o mínimo possível de adaptação, cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de PcD, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e Tecnologias Assistivas adequados a PcD, priorizando as tecnologias de baixo custo;
- Propiciar informação acessível para as PcD a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e Tecnologias Assistivas, incluindo novas tecnologias, bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2016, p. 15-16).

Considerando essa capilaridade das ações de inclusão, os *campi* Bento Gonçalves e Osório, do IFRS, foram os espaços de ensino escolhidos como objeto de estudo para este trabalho. Como justificativa para a escolha desses dois *campi* tem-se: foram os dois que primeiramente aceitaram participar da pesquisa; e, por eles estarem mais próximos à orientadora e à pesquisadora, o que tornou mais fácil a realização da investigação.

Estudar essa instituição de Ensino se tornou um desafio para a pesquisadora. Isso se deu porque mesmo diante do fato da instituição ter NAPNEs e de buscar incluir as PcD na perspectiva da EI, por meio do desenvolvimento de AÇÕES AFIRMATIVAS, os seus objetivos foram os de investigar elementos que podem levar à existência de barreiras atitudinais, e identificar se nos seus espaços educativos, essas barreiras existem.

Será que nesta instituição existem barreiras atitudinais contra PcD? Será que seus espaços educativos são, em alguns momentos, excludentes, mesmo atuando em consonância com o paradigma da Educação Inclusiva?

Possíveis respostas a estas perguntas serão apresentadas no capítulo referente aos Resultados da pesquisa e nas Considerações Finais.

3 METODOLOGIA

A definição etimológica dos termos que compõem a palavra “metodologia” provém do grego, significando: “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso/estudo. Minayo *et al* (2011) compreenderam bem essa definição ao se referirem à metodologia como sendo o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. A metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa, que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A partir dos pressupostos teóricos, caracteriza-se a pesquisa, apresenta-se o seu corpus de estudo, bem como a técnica e o instrumento de coleta de dados utilizado.

A classificação desta pesquisa, quanto a sua natureza é “aplicada”, porque o produto finalizado concebeu-se como um PE tecnológico, idealizado com vistas a dar destaque ao combate às barreiras atitudinais nas IEs. Segundo Almeida; Leite; Tuani (2016), a pesquisa “aplicada” objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais.

Quanto aos seus objetivos é uma pesquisa exploratória, porque tratou de identificar no corpus do estudo, elementos que comprovam a existência de barreiras atitudinais nas inter-relações sociais, acadêmicas e profissionais entre pessoas com e sem deficiência. Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob ângulos e aspectos diversos. E para Almeida; Leite; Tuani (2016) esse tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito, bem como, envolve entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

A tipologia desta pesquisa, quanto à abordagem do problema contempla a pesquisa qualitativa, porque a análise se deu a partir de aspectos subjetivos, não sendo possível generalizar os resultados em termos estatísticos. Segundo Almeida; Leite; Tuani (2016), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação

dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Quanto aos meios ou procedimentos técnicos para a coleta de dados, esta pesquisa pode ser classificada como estudo de caso e pesquisa documental.

O estudo de caso se propõe a analisar uma realidade em particular, visando identificar situações objetivas de discriminação vivenciadas por PcD no contexto da Educação e do Ensino. Segundo Yin (2005) as características verdadeiramente distinguíveis do método de estudo de caso, ao longo de todas as fases da pesquisa são: definição do problema, delineamento da pesquisa, coleta de dados, análise de dados e composição e apresentação dos resultados. Para tanto, foi considerado como objeto empírico deste o estudo, o caso IFRS, a investigação abrangeu dois *campi*: Bento Gonçalves e Osório.

Tipologia da amostra e como foram selecionados os sujeitos da pesquisa:

A amostra foi do tipo “Não probabilística (ou não causal)”, a qual segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 98) trata-se de amostra composta de forma acidental ou intencional. Dessa forma foram selecionados os que primeiro aceitaram o convite. O contato com cada campus se deu por meio de correio eletrônico, endereçado para a coordenação do NAPNE, e posteriormente para cada pessoa indicada por essa coordenação. Nesse contato, a pesquisadora enviou um breve texto de apresentação e exposição dos objetivos da pesquisa, juntamente com o roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice B) e o TCLE (Anexo A). Especificamente para a coordenação de cada NAPNE, foi enviado ainda, o formulário de “Autorização Institucional” (Anexo B), a ser assinado e carimbado pelo Diretor Geral do campus.

Foram selecionados 15 sujeitos (09 do campus Bento Gonçalves e 06 do campus Osório) e a investigação se estendeu por dois momentos: o primeiro sendo no mês de junho de 2018, e o segundo, no mês de novembro de 2018.

Os 15 participantes foram nomeados por meio de legendas, e caracterizados segundo dados populacionais e demográficos, conforme respectivos quadros 1 e 2 do Apêndice C.

A amostra foi composta, tanto por acessibilidade (ou por conveniência), como de forma intencional (de seleção racional). Dessa forma foi composta por

sujeitos que atenderam a (s) característica (s) necessária (s) à pesquisa, nesse caso, unicamente por todos possuírem vínculo com a instituição pesquisada, e por serem de fácil acesso à pesquisadora. De acordo com Prodanov e Freitas (2013):

As amostras por acessibilidade ou por conveniência constituem o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo são destituídas de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam de alguma forma, representar o universo. Aplicamos esse tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, em que não é requerido elevado nível de precisão.

As amostras intencionais ou de seleção racional constituem um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 98 - 99).

Ainda sobre a acessibilidade e conveniência da composição da amostra, a investigação em apenas dois dos 17 *campi* deu-se pelo fato de que não seria viável, à pesquisadora, o deslocamento para diferentes cidades do Estado do RS, geograficamente distantes umas das outras. Dessa forma, pesquisadora e orientadora entendem que a amostra tornou-se satisfatória, haja vista que todos os *campi* dessa instituição possuem similaridade de público discente e docente, bem como estruturas administrativas com a mesma lógica de funcionamento (regidas pelas mesmas leis e regras de estabelecimento público de Ensino). E ainda, porque os resultados obtidos por meio deste estudo poderão vir a servir para outros IFs e outras IEs. Para Prodanov e Freitas (2013) os conhecimentos adquiridos por meio dos resultados de um estudo de caso possibilitam soluções para problemas sociais.

Configura-se também como pesquisa documental, na medida em que se valeu de documentos jurídicos, nacionais e do IFRS, tais como leis, decretos, normativas e resoluções, que abordam questões relevantes relacionadas à EI e aos direitos das PcD. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) ao organizarmos informações que se encontram dispersas, de forma a compor uma fonte de consulta estamos realizando uma pesquisa documental.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi Grupo Focal (GATTI, 2005). Para a autora, um grupo é focal quando:

Privilegia-se a seleção dos participantes segundo alguns critérios – conforme o problema em estudo -, desde que eles possuam algumas características em comum, que os qualificam para a discussão da questão que será o foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo (GATTI, 2005, p. 7).

Segundo Prodanov e Freitas (2013) a coleta de dados é a fase do método de pesquisa cujo objetivo é obter informações da realidade:

Chamamos de “coleta de dados” a fase do método de pesquisa cujo objetivo é obter informações da realidade. Nesta etapa, definimos onde e como será realizada a pesquisa. Será definido o tipo de pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma como pretendemos tabular e analisar seus dados. É a fase da pesquisa em que reunimos dados através de técnicas específicas (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 97).

Os sujeitos da pesquisa, provocados pelo roteiro de Entrevista Semiestruturada, explicitaram, em grupo, suas percepções acerca da temática em questão. Aos docentes que não puderam comparecer nos grupos foi encaminhado, por e-mail, o mesmo formato de roteiro utilizado nos grupos focais. Um professor respondeu em áudio e os outros 03 responderam por escrito. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 105) “questionários e entrevistas: ambos constituem técnicas de levantamento de dados primários e dão grande importância à descrição verbal de informantes”. Ainda segundo esses autores:

O que diferencia basicamente a entrevista do questionário é que a primeira é sempre realizada face a face (entrevistador mais entrevistado); também pode ou não ser realizada com base em um roteiro de questões preestabelecidas e até mesmo impressas, enquanto o segundo, necessariamente, tem como pré-requisito a elaboração de um impresso próprio com questões a serem formuladas na mesma sequência para todos os informantes (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 106).

Em relação ao Grupo Focal, a interação em grupo, de pessoas que possuem alguma deficiência, bem como de outras que não possuem, mas que convivem com quem possui alguma deficiência, no contexto acadêmico ou profissional, permitiu que os relatos das experiências individuais pudessem ser abordados e discutidos, a partir de suas semelhanças e diferenças, espelhadas nas inter-relações cotidianas. No que tange ao Grupo Focal, para Gatti (2005, p. 7) “os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal

modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas”.

A interação verbal, por meio da entrevista, foi filmada. Posteriormente, a verbalização de cada participante foi transcrita, de forma fiel - mantendo o texto exatamente igual às respostas apresentadas. Esses elementos constituíram a primeira parte da pré-análise do material.

Para respondermos à questão problema, considerando os objetivos propostos, os dados previamente coletados foram analisados, por meio da análise de conteúdo, que, conforme Bardin (2016) consiste:

Em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não), que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

A opção por essa técnica se deu por considerarmos ser a melhor alternativa de análise de dados qualitativos, na medida em que este estudo abrange valores, opiniões, atitudes e crenças de pessoas com e sem deficiência:

O que se procura estabelecer quando se realiza uma análise, conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias, atitudes) dos enunciados (BARDIN, 2016, p. 47).

Segundo Bardin (2016) a análise de conteúdo compreende três fases: a pré-análise; a exploração do material e; por último, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na pré-análise fez-se a leitura flutuante do material transcrito, com o intuito de verificar e selecionar, apenas, as narrativas que realmente versavam sobre o tema acessibilidade atitudinal e barreiras atitudinais nas IEs, dessa forma, constituindo o *corpus* da análise. A leitura dos dados permitiu o alinhamento dos objetivos específicos com o objetivo geral, bem como, com a formulação da hipótese.

A hipótese levantada teve por premissa, o diálogo entre as áreas da Educação, do Ensino e da Psicologia, em uma perspectiva de produção de

conhecimento interdisciplinar, conforme documento de Área – Ensino, da CAPES/Ministério da Educação: “[...] a interdisciplinaridade é, em si, objeto de investigação na Área do Ensino, tanto na compreensão a respeito da interdisciplinaridade como prática educativa, como no seu entendimento no âmbito escolar” (BRASIL, 2016, p. 17).

Após a exploração do material, os dados foram tratados. Para tanto, duas unidades de registro foram criadas, as quais são apresentadas nos quadros 3 e 4 do Apêndice D. São elas: Discurso social real (revelação das condutas macrossociais, que por vezes, são excludentes e que se refletem no microuniverso social da instituição de Ensino; e Discurso social projetivo (desejo das pessoas que haja maior conscientização acerca do preconceito contra as PcD e uma nova conduta social interna na instituição de Ensino).

As unidades de registro permitiram traçar uma análise de conteúdo transversal, por meio de elementos temáticos constitutivos de valor, os quais direta ou indiretamente, permeiam as relações humanas. O quadro 5 apresenta o conjunto categorial:

Quadro 5 - Conjunto categorial

Categorias Dimensões da Acessibilidade	Subcategorias Ausência de Barreiras	Elementos temáticos Características associadas às barreiras
Atitudinal	Atitudinais	Atitudes negativas conscientes ou inconscientes (evitação; discriminação). Desconhecimento, negligência e preconceito social.
Comunicacional	Inter-relações	Falta de atitudes éticas nas relações sociais. Insuficientes ações de conhecimento e conscientização para a Educação Inclusiva. Desconhecimento, negligência e preconceito social.
Instrumental	Instrumentos e Ferramentas Educativas	Insuficientes recursos de Tecnologia Assistiva. Desconhecimento, negligência e preconceito social.
Metodológica	Métodos, Técnicas e Estratégias de Ensino.	Insuficiente formação continuada de professores, em Educação Inclusiva. Desconhecimento, negligência e preconceito social.

Fonte: elaborado pela pesquisadora, com base em Sasaki (2014) e em Bardin (2016).

Ainda em relação à categorização, observaram-se as regras de exaustividade; de homogeneidade, exclusividade e de pertinência (BARDIN, 2016,

p. 42). Não houve necessidade de aplicar a regra de representatividade, já que o número de dados não foi elevado. Percebeu-se também que não havia elementos indicadores para a análise de todas as categorias elencadas a priori, portanto, as categorias “acessibilidade arquitetônica, natural e programática” foram descartadas.

4 ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E RESULTADOS

O passo seguinte à categorização foi o da realização de inferências e interpretação dos resultados. Nessa fase é que se deu o processo de análise, propriamente dito; pois, nesse momento, a pesquisadora, passou da descrição à interpretação, por meio da realização de inferências, fez a categorização, levando em consideração o que disse Bardin (2016):

[...] o gênero de resultados obtidos pelas técnicas de análise de conteúdo não pode ser tomado como prova inelutável. Mas constitui, apesar de tudo, uma ilustração que permite corroborar, pelo menos parcialmente, os pressupostos em causa (BARDIN, 2016, p. 81).

Sobre a coleta de dados tem-se o que os participantes referiram:

Insuficiente ou ausente abordagem sobre o tema acessibilidade atitudinal e barreiras atitudinais contra PcD no cotidiano das salas de aula, dos campi pesquisados; que as pessoas – alunos e docentes, em geral, não sabem bem, como lidar com PcD (referiram pouca empatia, solidariedade e interesse em interagir).

Insuficientes ações de grande notoriedade, que promovam conscientização e engajamento de técnicos, docentes e alunos, no debate sobre a importância do combate ao preconceito contra as PcD.

Insuficiente preparação dos servidores docentes e técnicos, quanto à formação continuada e de desenvolvimento de pessoal, referente ao acolhimento das PcD e procedimentos para melhor atenderem às suas necessidades específicas, no sentido de lhes permitirem efetiva permanência, êxito acadêmico e inclusão social.

Insuficiente preocupação com as diferentes dimensões de acessibilidade, especificamente, no concernente ao trabalho dos gestores.

Insuficiente investimento em recursos de desenvolvimento humano, em relação à acessibilidade atitudinal, no sentido de uma EI e do exercício da alteridade. Dessa forma, havendo reflexos no acolhimento geral dentro dos *campi* e em projetos desenvolvidos pelos NAPNEs.

Os entrevistados acreditam que barreiras tais como: falta de uma rampa ou de um piso tátil, são objetivamente visíveis e, portanto, mais cobradas que existam na instituição. Já, as barreiras atitudinais, nem sempre percebidas pelo entorno, parecem ser menos importantes para quem não sofre as suas consequências.

Com base nos dados acima se iniciou a análise pelo elemento temático “atitudes negativas”, ligado a todas as categorias elencadas, mas principalmente à categoria da “acessibilidade atitudinal”, o qual evidenciou a existência de barreiras atitudinais na IE deste estudo.

De acordo com Souza (2005) “atitude” é um sistema relativamente estável de organização das experiências e comportamentos relacionados com determinado objeto (indivíduo) ou evento particular. Uma atitude é composta por três componentes: cognitivo afetivo e comportamental. No componente cognitivo, a atitude é sempre referida ao objeto (indivíduo), podendo ser também em relação a uma abstração, a si ou a um grupo de indivíduos; no afetivo, ao se ter como base sentimentos positivos, a atitude será positiva; assim como o seu inverso - quando preconceituosa, vêm de estereótipos negativos, de valores morais, éticos e afetivos existentes nas diferentes culturas (pois nascem das nossas crenças); e no comportamental, se tiver como pano de fundo a predisposição a sentimentos positivos, a atitude será de aproximação, mas quando tiver, a sentimentos negativos, a atitude evidenciará o distanciamento.

Destacou-se não só um exemplo que trouxe a concepção de atitude negativa, como outro, de positiva, pois que, de um jeito ou de outro, as atitudes influenciam no desenvolvimento das PcD:

- **T4 (PcD):** [...] a atitude negativa contamina a PcD e ela pensa que realmente é incapaz;
- **A3T3:** [...] quando a atitude é positiva, você vê que a vida não se restringe à deficiência.

O sentimento de menos ou mais-valia, de capacidade ou incapacidade que um sujeito pode vivenciar ao ser discriminado, pode ser mais bem entendido se recorrermos ao pensamento de Vygotsky (1997, p. 45) “[...] *así como la vida de todo organismo está orientada por la exigencia biológica de la adaptación, la vida de la personalidad está orientada por las exigencias de su ser social*”.

Os elementos constituintes da categoria “acessibilidade comunicacional” evidenciaram a existência de barreiras nas inter-relações, ao indicar as más posturas (falta de ética) nas relações sociais. Como exemplo, tem-se:

- **P3:** [...] as posturas das pessoas impõem barreiras que dificultam as relações sociais, a comunicação com as PcD, impedindo, muitas vezes, a inclusão acontecer de forma plena;
- **P1:** [...] a formação humana deveria ser trabalhada enquanto componente curricular dentro dos cursos, inclusive nos superiores, desenvolvendo valores como empatia, respeito, solidariedade. Independentemente da deficiência, todos os seres humanos devem respeitar e ser respeitados em suas particularidades.

Os pressupostos defectológicos de Vygotsky (1997) comprovaram que as pessoas aprendem e se desenvolvem por meio das relações sociais, no caso das PcD, dentro do seu modo e do seu tempo. Portanto, na prática cotidiana das experiências educacionais pode ser possível que, para além da teoria da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008), venha a existir uma Educação e um Ensino, que produza o sentido genuíno dos termos “inclusão”, “autonomia” e “cidadania”.

Sobre as insuficientes ações de conhecimento e conscientização para a EI, destaca-se:

- **A4:** [...] em sala de aula os professores não tratam diretamente conosco os assuntos da Educação Inclusiva e etc.

Segundo Rodrigues (2006, p. 302) uma instituição, que pretenda ser inclusiva, deve “desenvolver políticas, culturas e práticas que valorizem a participação ativa de cada aluno na formação de um conhecimento construído e partilhado”.

O elemento constituinte da categoria “acessibilidade instrumental” evidenciou a existência de barreiras nos instrumentos e nas ferramentas educativas, ao indicar que os docentes, em sua maioria, trabalham com materiais

pouco ou nada adaptados com recursos de Tecnologia Assistiva. Dentre outros exemplos têm-se:

- **T4 (PcD):** [...] um professor colocou que, por conta do meu tipo de deficiência, muito provavelmente eu não teria condições de acompanhar as aulas;
- **A2T2 (PcD):** [...] eu já fiquei nervoso quando alguns colegas riram da minha dificuldade com a tarefa da aula. Quando fui conversar com a professora sobre o que aconteceu, ela disse que ‘eu’ tinha que me adaptar, pedir ajuda.

Segundo Rodrigues (2006) as IEs precisam dispor de equipamentos e recursos materiais diferenciados do que se tem até então. E de acordo com Salton; Dall Agnol; Turcatti (2017) as IEs que dispõem de Tecnologia Assistiva, para quem dela necessite, são as que estão preocupadas em proporcionar contextos educativos mais acessíveis.

O elemento constituinte da categoria “acessibilidade metodológica” evidenciou a existência de barreiras nos métodos, técnicas e estratégias de ensino, ao indicar que há insuficiente formação continuada de docentes em EI. Como exemplo, tem-se:

- **P3:** [...] é preciso mais informação e formação, considero muito profícuo o trabalho de estudo sobre inclusão;
- **A4:** [...] eu diria aos professores que se preparem em linhas gerais e que aguardem a chegada do aluno com deficiência para verem com ele, com outros professores e com a família como poderão lhe ajudar.

Para Rodrigues (2006) as IEs, caso queiram ser capazes de responder com competência e rigor à diversidade de todos os seus alunos PcD, necessitam trabalhar com equipes multidisciplinares de educadores (terapeutas, psicólogos, assistentes sociais, etc.). Para o autor, as IEs necessitam ser “uma organização diferenciada de aprendizagem”, que dê garantia às famílias e aos educadores de que serão ofertados os mesmos serviços da “escola especial”.

Em todas as categorias elencadas estavam presentes três elementos em comum, são eles: o desconhecimento, a negligência e o preconceito social. E

todos os achados da pesquisa levaram à dedução lógica, de que a Educação se torna inclusiva, na medida em que, nas IEs, as pessoas apresentam atitudes positivas, não discriminatórias. Deduziu-se também, que todas as barreiras que impõem desafios e limitações às PcD são alicerçadas pelas barreiras atitudinais, porque essas são produzidas por uma sociedade que opera em uma dinâmica social, por vezes, excludente.

De acordo com Skliar (2006) em nossa sociedade se vivencia a presença reiterada de uma inclusão excludente, criando-se a ilusão de espaços inclusivos, mas que na verdade, nessas espacialidades se exerce mesmo é a expulsão dos “diferentes” (anormais):

A inclusão, assim, não é mais do que uma forma solapada, às vezes sutil, ainda que sempre trágica, de uma relação de colonialidade com a alteridade. E é uma relação de colonialidade, pois continua exercendo o poder de uma lógica bipolar dentro da qual todo o outro, todos os outros, são forçados a existir e subsistir (SKLIAR, 2006, p. 28).

Os resultados da pesquisa embasaram o desenvolvimento do PE, que tomou a forma de um livro digital (e-book) – material educativo alternativo, de ensino-aprendizagem e de educação-conscientização pela derrubada de barreiras atitudinais contra PcD nas IEs.

E, respondendo à pergunta central do problema desta pesquisa dizemos que este PE tem caráter de ferramenta alternativa de ensino-aprendizagem e educação-conscientização (a ser utilizado por docentes e técnicos, em espaços formais e não formais de Ensino). Por tratar-se de um livro poderá servir como sugestão de leitura, para subsidiar posteriores atividades educativas (oficinas, seminários, etc.) referentes à EI.

Sobre a avaliação do PE (Apêndice F): tão logo esse tenha ficado pronto, foi submetido ao teste de acessibilidade por um servidor técnico do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) do IFRS, pessoa com baixa visão. O PE também foi submetido para avaliação geral a um grupo de trinta e seis pessoas (com e sem deficiência) indicadas pelos profissionais do NAPNE do campus Bento Gonçalves. Salieta-se que, para além dos sujeitos do estudo, outras pessoas também avaliaram o PE. Dentre essas, educadores, técnicos e alunos, ligados à Educação Técnica e de Nível Superior, das redes pública e privada, de diferentes áreas, para, novamente considerar a interdisciplinaridade do conhecimento.

O retorno das avaliações foi muito positivo e algumas alterações foram realizadas no PE, conforme sugestões descritas a seguir: para as normas de acessibilidade virtual, levar em consideração também a WCAG, norma para acessibilidade em sites - Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0¹⁰; revisar o texto, por ter alguns elementos de diagramação, escrita, referências fora do padrão; utilizar parágrafos mais curtos, para facilitar a leitura dos cegos.

¹⁰ Disponível em: <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados dos dados coletados, do desenvolvimento da pesquisa, da aplicação e retorno satisfatório da avaliação do PE, acerca da relevância de sua aplicabilidade no contexto educativo das IEs, compreendeu-se que a acessibilidade atitudinal é a base para que todas as outras seis dimensões da acessibilidade sejam possíveis de existir. Constatou-se que as pessoas têm mínima noção sobre acessibilidade e acessibilidade atitudinal, barreiras atitudinais e inclusão na educação, bem como, pouco sabem sobre como se referir às PcD de forma não pejorativa. Constatou-se dessa forma, que algumas pessoas apresentam atitudes estereotipadas, estigmatizantes e discriminatórias contra as PcD, pautadas na percepção histórico-cultural de que a deficiência é fator limitante, que impossibilita as PcD de estudarem.

Portanto, por esta pesquisa ser vinculada à EPT, destaca-se que:

Considerou-se que a fundamentação teórica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa e do PE tiveram plena concordância com os resultados obtidos, ao evidenciar que nossa sociedade, por não ser tão inclusiva, acaba refletindo suas mazelas nas microrrealidades locais, o que provoca a reprodução da exclusão social das PcD dentro das IEs - mesmo dentro do atual paradigma da EI. Dessa forma, a questão problema foi respondida, a hipótese confirmada, bem como, o objetivo geral e os específicos foram alcançados.

Considerou-se adequada a construção do PE, no formato de e-book, o qual estará vinculado ao sistema de informações em âmbito internacional denominado *International Standard Book Number* (ISBN) e ao portal de conteúdos educacionais abertos da CAPES, denominado EduCAPES. Entende-se que o PE pode contribuir com a “formação humana” nos espaços educativos. Embora, não possa ser aplicado como componente curricular nos cursos formais de Ensino tecnológico e superiores, pode servir de “ferramenta alternativa”, contribuindo para o desenvolvimento de valores como empatia, respeito, solidariedade e alteridade.

Considerou-se que este foi também um trabalho de escuta, no sentido de que os participantes puderam se expressar, não somente em relação a outras situações, mas principalmente às situações de preconceito vivenciadas em sala de

aula, ou fora dela; e ainda, sobre seus sentimentos referentes a tais vivências no ambiente acadêmico. Esses sentimentos incluem decepção, menos-valia, insegurança, raiva, angústia, solidão, dentre outros. Sendo assim, nesse sentido também houve o diálogo da Psicologia com a Educação, a qual se fez presente por meio da escuta sensível.

Conclui-se o presente estudo destacando que, por meio dele esteja se concretizando alguma contribuição para formações acadêmico-profissionais mais amplas, omnilaterais, tal como defendida por educadores brasileiros (como, Ciavatta, Frigotto, Moura, Ramos, Saviani, dentre outros), os quais se apoiam em propostas de Gramsci e Marx. Em consequência, busca-se contribuir para uma formação humana integral, oportunizando que pessoas pensem criticamente sobre as transformações do mundo. Dessa forma seguem algumas sugestões de melhorias para a premente necessidade de tornarmos as IEs mais acessíveis, não só atitudinalmente, como em todas as dimensões da acessibilidade:

A pesquisa apontou a necessidade de: inclusão na matriz curricular de disciplinas sobre acessibilidade e Educação Inclusiva, bem como maiores incentivos às ações afirmativas, no sentido de “extrapolarem os pequenos grupos”; maior visibilidade do tema em pauta e engajamento de toda a comunidade acadêmica e comunidade externa (incluindo as famílias dos alunos), numa perspectiva que abarque os direitos humanos no contexto da Educação; realização de programas de qualificação e formação continuada acerca das questões da EI para docentes de toda a rede de Ensino, não somente aos diretamente envolvidos. Sobre esse último ponto, a formação referida é no sentido de os docentes serem mais bem orientados, por exemplo, acerca das leis e dos movimentos de luta por garantia dos direitos sociais das PcD, entre eles, o de uma Educação acessível, a qual deve prever a efetiva permanência e o êxito na formação acadêmica. Outra necessidade apontada foi de os docentes modificarem, adaptarem seus materiais didáticos e suas intervenções às necessidades educacionais específicas de cada aluno, fazendo uso dos Planos Educacionais Individualizados (PEIs).

Importante destacar que o presente estudo foi pertinente ao momento atual da nossa sociedade e Educação, lembrando que, tanto o PE, como a pesquisa, não devem ser dados como algo encerrado, pois que o homem está em constante mudança e com ele, o seu conhecimento, as suas habilidades, as suas

competências; e, conseqüentemente, as suas criações. E, por se tratar de estudo de caso e pesquisa documental, sugere-se realizar estudos adicionais para combater, com maior amplitude, as barreiras atitudinais contra PcD nas instituições de Ensino, mesmo diante do atual paradigma da Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. B.; LEITE, L. B.; TUANI, M. **Manual de metodologia da pesquisa aplicada à educação**. Faculdade de Porto Feliz, 2016. Disponível em: http://www.faculadefamo.com.br/novo/arquivos/pdfs/graduacao/licenciatura/pedagogia/manual_metodologia.pdf. Acesso em: 03 jul. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução: Reynaldo Bairão; Revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm#art1. Acesso em: 05 jul. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 05 jul. 2018.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 05 jul. 2018.

_____. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais–Libras. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 04 ago. 2018.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área – Ensino/CAPEs.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/documentos_de_area_2017/documento_a_rea_ensino.pdf. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/MEC.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BULGARELLI, R. **Inclusão e diversidade.** Instituto Ethos, 2013. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/inclusao-e-diversidade>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CAVANELLAS, L. B. Psicologia e compromisso social: educação inclusiva: desafios, limites e perspectivas. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 20, n. 1, p. 18-23, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2018.

CORREIA, J. A. A construção político-cognitiva da exclusão social no campo educativo. *In:* RODRIGUES, D. (org.). **Perspectivas sobre a inclusão:** da educação à sociedade. Porto: Porto, 2003.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT.** [Espírito Santo: IFES], 2016. Disponível em: profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept. Acesso em: 09 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade.** [Bento Gonçalves: IFRS], 2012. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/assessoria-de-acoes-inclusivas-aai/>. Acesso em: 09 jul. 2019.

_____. Conselho Superior do IFRS. Resolução nº 109, de 20 de dezembro de 2011. **Projeto Pedagógico Institucional - PPI.** [Bento Gonçalves: IFRS], 2011. Disponível em:

https://arquivo.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi_versao_final.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Conselho Superior do IFRS. Resolução nº 046, de 08 de maio de 2015 - alterada pelas Resoluções nº 071, de 25 de outubro de 2016 e nº 086, de 17 de outubro de 2017. **Organização Didática do IFRS**. [Bento Gonçalves: IFRS], 2017. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/documentos/organizacao-didatica/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Conselho Superior do IFRS. Resolução nº 84, de 11 de dezembro de 2018. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. [Bento Gonçalves: IFRS], 2018. Acesso em: 18 ago. 2019. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-FINAL-2018_Arial.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Pró-Reitoria de Ensino – PROEN. Instrução Normativa nº 12, de 21 de dezembro de 2018. **Plano Educacional Individualizado – PEI**. [Bento Gonçalves: IFRS], 2018. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/IN-12-2018-PEI-publicacao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) *et al.* **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MIRANDA, M. B.; SOUSA, R. P. L. O e-book como mídia do conhecimento. **VI Seminário leitura de imagens para a Educação: múltiplas mídias**. Florianópolis, 2013. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/5932/Artigo12_15505120525828_5932.pdf. Acesso em: 04 fev. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

_____, D. **Pensar utopicamente a educação**: David Rodrigues at TEDxLisboaED, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SALTON, B. P.; DALL AGNOL, A.; TURCATTI, A. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves: IFRS, 2017.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, p. 6-10, Ano XII, mar./abr. 2009.

_____, R. K. **As sete dimensões da acessibilidade**. Texto apresentado em palestra ministrada na Câmara Técnica de Acessibilidade, da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Curitiba-PR, 2014.

SKLIAR, C. A inclusão que é nossa e a diferença que é do outro: sobre os argumentos da pedagogia e as suas aparentes e permanentes mudanças (p. 13-33). *In*: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; STRAPAZZON, J. A. (org.) **Soluções acessíveis**: experiências inclusivas no IFRS. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2014.

_____. Coleção estudos afirmativos, 7: **Ações afirmativas**: a trajetória do IFRS como instituição inclusiva. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016.

SOUZA, R. C. **Atitude, Preconceito e Estereótipo**. Brasil escola, 2005. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/atitude-preconceito-estereotipo.htm>. Acesso em: 14 jul. 2018.

VYGOTSKY, L. S. Obras Escogidas, V. **Fundamentos de defectologia**. Tradução: Julio Guillermo Blank. Madrid: Visor, 1997. Título original: Sobranie Sochinenii Tom Piatii Osnovi Defektologii. Moscú: Editorial Pedagógica, 1983.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

O presente Produto Educacional vinculado à pesquisa de mestrado intitulada “Acessibilidade atitudinal nas instituições de Ensino: o caso IFRS”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), campus Porto Alegre do IFRS, trata-se de um e-book. Classificado pelo Documento de Área - Ensino, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, como “material textual” (por ser um livro - por conter escrita); podendo ser classificado também, como uma “mídia educacional” (por ser um livro eletrônico e elaborado com recursos de Tecnologia Assistiva):

Os produtos deverão ser registrados, preferencialmente, em formato digital (pdf ou outro) e estar com link disponível no sítio internet da instituição; e usar a tipologia com as seguintes categorias: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos (BRASIL, 2016, p. 14).

De acordo com Miranda e Souza (2013) o e-book não se apresenta necessariamente como um concorrente do livro impresso. Apesar da equiparação com esse, o livro eletrônico surge como uma possibilidade de maior aproximação da cultura livresca com a sociedade do conhecimento. Sendo assim, o e-book é reconhecido, a partir de suas características e funcionalidades, como uma mídia adequada aos padrões dessa atual sociedade, que exige acesso rápido à informação e interação com os conteúdos. Os e-books têm impulsionado todo um segmento da indústria digital e eletrônica, possibilitando o desenvolvimento de uma cultura de leitura digital, o que impulsiona estudos e possibilita sua condição como “mídia do conhecimento”:

O e-book é caracterizado por um conjunto de dados expressos numericamente em código binário, que necessita tanto de uma interface gráfica, um software, quanto de um hardware e de uma fonte de energia para que possa ser acessado pelo leitor. Por este fato, o autor apresenta o fenômeno do e-book em suas partes, sendo o “hardware” o conjunto de mecanismos que permitem a visualização e manipulação dos conteúdos eletrônicos. O “software” composto pelos formatos “Markup”, que permitem a elaboração do conteúdo e Layout, que permite a visualização, a leitura e a proteção do arquivo no hardware. E, ainda, o “conteúdo”, formado pelo conjunto de textos utilizados, sejam eles originários de

livros impressos ou diretamente criados em meio digital, acrescidos ou não de recursos hipertextuais ou multimidiáticos (MIRANDA e SOUZA, 2013, p. 143).

A justificativa para a sua aplicação na Educação Profissional e Tecnológica é a de que, por meio da área da Psicologia, um diálogo com a Educação Profissional e o Ensino, de forma geral é imprescindível; no sentido de que essa união de saberes pode e deve, antes de tudo, cumprir a função social de formar cidadãos mais conscientes em relação a questões tais como: exercício da alteridade, respeito às diferenças e possibilidade de tornar real e natural a inclusão das PcD nas IEs. Portanto, este e-book caracteriza-se como um material inclusivo, produzido com base teórica interdisciplinar (Educação, Ensino e Psicologia), que aborda o tema acessibilidade atitudinal e barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência nas instituições de Ensino.

Refletir sobre o tema proposto neste e-book é um dever de todo profissional da Educação que tenha sua atuação voltada para os pressupostos do paradigma da EI no contexto da EPT. E embora essa seja uma ferramenta alternativa de Educação Inclusiva, também cumpre com a função de ensinar, orientar, informar e comunicar sobre a temática em questão - assunto pertinente à evolução consciencial; portanto de grande relevância social.

Entende-se que, mais do que a entrega de um PE, descrever acerca de sua elaboração, prototipação e avaliação, seja relevante para também instituir espaço de reflexão e continuidade da pesquisa. Dessa forma, destacam-se a seguir as estratégias metodológicas de produção do referido e-book:

- A sua elaboração se deu conforme orientações do “Manual de acessibilidade em documentos digitais”, do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA), do IFRS (SALTON; DALL AGNOL; TURCATTI, 2017), para que ficasse o mais acessível possível às PcD e a outras pessoas com necessidades educacionais específicas.

- No que tange às etapas da prototipação do PE, a primeira versão foi idealizada como um gibi digital (protótipo de média fidelidade); passou pela avaliação de uma profissional da área do jornalismo e pela banca de qualificação, as quais sugeriram alterações. Dessa forma, o produto evoluiu para um e-book, em uma perspectiva mais discursiva. Nessa fase o PE foi disponibilizado, *online*, para realização da avaliação por seus prováveis futuros usuários.

- Sobre a avaliação do PE, o documento foi submetido para um grupo de trinta e seis pessoas (com e sem deficiência) indicadas pelos profissionais do NAPNE do campus Bento Gonçalves. Salienta-se que, para além dos sujeitos do estudo, outras pessoas também avaliaram o e-book, dentre essas: educadores, técnicos e alunos, ligados à Educação Técnica e de Nível Superior, das redes pública e privada. Destaca-se que o livro, antes de ir para a avaliação, foi testado por servidor técnico do IFRS, pessoa com baixa visão, o qual referiu que o livro estaria com acessibilidade satisfatória.

A avaliação foi realizada da seguinte forma: o referido grupo de 36 pessoas foi convidado, por e-mail, a realizar a leitura do e-book para, logo após, responder algumas perguntas de um questionário – formulário de avaliação criado no *Google Forms*¹¹ (Apêndice F). Os questionamentos em destaque foram aqueles sobre a coerência do tema e do conteúdo abordado, sobre a acessibilidade do material e sobre as possíveis contribuições para a “vida acadêmica, profissional e social” do leitor. O e-book e o formulário ficaram disponíveis por 30 (trinta dias) para avaliação. Nesse período, dos 36 convidados, 19 responderam. Esse resultado equivale a pouco mais da metade de respostas do número total de convidados.

As avaliações, no geral, foram bastante positivas, dentre elas: a acessibilidade do PE foi considerada plenamente satisfatória e o conteúdo plenamente coerente com o tema proposto (acessibilidade atitudinal e barreiras atitudinais contra PcD). Foram recebidas boas sugestões, algumas com possibilidade de serem acatadas já de imediato, como, por exemplo, em relação à diagramação, revisão do texto e edição do PE em Língua Brasileira de Sinais – Libras, essa última foi realizada parcialmente (foi desenvolvida uma versão resumida do PE com narração e janela em Libras¹²).

Outras sugestões não puderam ser acatadas de imediato, como exemplo cita-se: utilizar versão somente cartuns coloridos, apresentar versões em Braille e em audiolivro. Sendo assim, com o retorno das avaliações, aproximadamente dez revisões foram realizadas, resultando, por fim, em uma versão mais interativa, por meio do uso de *QR Codes*¹³.

¹¹ Disponível em: <https://www.google.com/forms/about/>

¹² Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1_f4ivUFhGFaj73jVNJMNWSVXMipL8mEt/view?ts=5d816938

¹³ *QR code*, ou código QR é a sigla de "*Quick Response*", que significa resposta rápida. É um código de barras, foi criado em 1994 e possui esse nome, pois dá a capacidade de ser

Como perspectiva futura destaca-se que, enquanto um produto digital inclusivo, servirá para uso em ambiente virtual ou presencial de espaços de Ensino formais ou não formais, no apoio ao estudo e trabalho aplicado de docentes e técnicos, e em cursos de formação continuada.

Enfim, sendo um material digital de ensino-aprendizagem, visa subsidiar diálogos sobre o tema transversal supracitado, na interface com os pressupostos da EPT e da Educação Inclusiva, que pode e deve ser trabalhado paralelamente aos conteúdos normativos, bem como na elaboração de estratégias e recursos instrucionais inovadores, a serem implantados em sala de aula.

As bases teóricas que o sustentam são as mesmas da dissertação: a Educação Inclusiva, de David Rodrigues, que versa sobre os desafios de tornar os espaços educativos inclusivos para PcD; a teoria psicológica e educacional socio-histórica de Lev Vygotsky, especialmente o contexto da deficiência social, ao abordar que a deficiência está no meio social e não na pessoa com deficiência e as sete dimensões da acessibilidade do consultor em inclusão Romeu Sassaki, que versam sobre as barreiras que compõem cada uma das dimensões.

Ratifica-se que este PE se destina a docentes e a técnicos que trabalhem com as questões da Educação Inclusiva de pessoas com deficiência. Destaca-se também que foi criado com base no momento atual da nossa sociedade e Educação, lembrando, portanto, que não está dado como um produto encerrado, cabendo-lhe futuras atualizações.

O e-book na sua íntegra encontra-se como encarte a esta dissertação.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Roteiro de Entrevista Semiestruturada:

Orientanda: Elis Regina Pôncio

Orientadora: Andréa Poletto Sonza

Identificação:

- () Discente () Docente () Técnico Administrativo
() Pessoa com deficiência () Não possui deficiência

1. Você tem conhecimento sobre o que seja “atitude”?
2. Você tem conhecimento sobre o que seja acessibilidade atitudinal?
3. Você tem conhecimento sobre o que sejam barreiras atitudinais?
4. Você já presenciou alguma cena relacionada à barreira atitudinal (preconceito/discriminação), contra alguma pessoa com deficiência, em seu cotidiano de trabalho e/ou de estudo? Pode descrevê-la? (pergunta a ser feita somente para pessoas sem deficiência).
5. Você considera enfrentar ou já ter enfrentado alguma barreira atitudinal (preconceito/discriminação) em seu cotidiano de trabalho e/ou de estudo por causa da sua condição de pessoa com deficiência? Pode descrevê-la? (pergunta a ser feita somente para pessoas com deficiência).
6. Você tem conhecimento da legislação voltada à inclusão de pessoas com deficiência no que diz respeito à Educação Inclusiva?
7. Que sugestões você daria para contribuir com a diminuição de barreiras atitudinais nas instituições de ensino superior?

Fonte: elaborado pela pesquisadora

APÊNDICE C – LEGENDAS E DADOS DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Quadro 1 – Legendas para nomear os sujeitos da pesquisa:

A	Aluno	PcD Pessoas com deficiência	A1T1	
AT	Aluno e Técnico		A2T2	
P	Professor		T4	
T	Técnico		T5	
PsD Pessoas sem deficiência		A3T3	P1	T6
		A4	P2	T7
		A5	P3	T8
		A6	P4	

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Quadro 2 – Dado populacional e demográfico dos sujeitos da pesquisa

Dado populacional (quem são os sujeitos da pesquisa) e dado demográfico (quais são as características desses sujeitos):					
Categoria	Deficiência (Tipo)	Campus	Escolaridade / Habilitação Acadêmica	Cargo / Nível de Ensino em que atua	Setor em que trabalha / Disciplina (s) que ministra
Aluno					
01	X	Bento	Licenciatura em Matemática	Estagiária	NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
02	Nanismo	Osório	Ensino Médio Integrado (Técnico em Administração)	Estagiária	Financeiro
Aluno e Técnico					

01	Baixa visão	Bento	Mestrado em Informática na Educação	Assistente em Administração	CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade
02	X	Bento	Superior - Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Técnico em TI – Tecnologia da Informação	CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade
03	X	Osório	Superior - Tecnologia em Processos Gerenciais	Assistente em Administração	Financeiro
Técnico					
01	Cegueira	Bento	Especialização - Direito	Assistente em Administração	NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
02	Paralisia cerebral	Bento	Bacharel- Ciências Econômicas; Pós-Graduação e Mestrado em Gestão Empresarial	Assistente em Administração	Setor de Licitações
03	X	Osório	História	Assistente em Administração	Financeiro
04	X	Osório	Mestrado em Ciências Contábeis	Contadora	Contabilidade
05	X	Bento	Pedagogia	Pedagoga	NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
Docente					
01	X		Doutorado em Letras	Ensino Superior	Leitura e produção textual no contexto acadêmico, Literatura Infantil e Juvenil,

					Leitura, Literatura e Tecnologia, Literatura Sul-Rio-Grandense.
02	X	Bento	Doutorado em Ciências Sociais	Ensino Médio e Superior	Sociologia; Sociologia da Educação; Antropologia da Educação; Educação e Diversidade; Educação, Gênero e Sexualidade; Educação em Direitos Humanos.
03	X	Osório	Licenciada em História, Doutorado em Educação (Pós-doutorado em Educação)	Ensino Médio Integrado (EMI); Ensino Superior (Licenciaturas); Pós-Graduação Lato Sensu e Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado)	História (EMI); História e Políticas da Educação Básica e Profissional no Brasil (Licenciaturas); História da Educação Brasileira e Estrutura e Funcionamento do Ensino (Especialização em Educação Básica Profissional); Práticas Educativas em EPT (mestrado).
04	X	Osório	Bacharelado em Artes Plásticas, Licenciatura em Artes Visuais, Mestrado Profissional em Informática na Educação.	Ensino Médio Integrado, Técnico Subsequente e Superior	Arte Educação (Médio Integrado), Arte e Design na Decoração de Eventos (Técnico em Eventos), Relações Étnico-Raciais (Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas)

Fonte: elaborado pela pesquisadora, com base nas entrevistas.

Detalhamento do quadro 2:

Aluno – 02 (sendo 01 PcD)

Aluno e Técnico – 03 (sendo 01 PcD)

Docente – 04 (nenhum PcD)

Técnico – 05 (sendo 02 PcD)

Total de entrevistados com deficiência – 04

Aluno de Nível Médio – 01

Aluno e Técnico de Nível Médio – Nenhum

Aluno de Nível superior – 01

Aluno e Técnico de Nível Superior – 03

Técnico com Nível Médio – Nenhum

Técnico com graduação – 01

Técnico com pós-graduação – 03

Docente atuando apenas no Nível Médio - 01

Docente atuando apenas no Nível Superior (graduação) – 01

Docente atuando no Nível Médio e no Nível Superior (graduação) – 01

Docente atuando no Nível Médio e no Nível Superior (graduação/pós-graduação) -
01

Docente com Especialização e/ou experiência de atuação em setores de
Diversidade/Educação Inclusiva – 01 (NAPNE)

Docente atuando/ministrando disciplinas na área da Diversidade/Educação
Inclusiva – 01 (Disciplina de Educação e Diversidade)

Aluno com atuação em setores de Diversidade/Educação Inclusiva – 01 (estagiária
no NAPNE)

Técnico com atuação em setores de Diversidade/Educação Inclusiva – 04 (02 no
NAPNE, 02 no CTA).

APÊNDICE D - UNIDADES DE REGISTRO

Quadro 3 - Unidade de registro 1: Discurso social real

T4 (PcD)	A atitude de não tomar nenhuma atitude, de se omitir também pode ser uma forma de negligência e conseqüente barreira atitudinal. Somos muito traídos pelos nossos sentidos e conceitos.
T5 (PcD)	Existe aquela atitude negativa que, antes mesmo de alguém me conhecer, de saber de minhas habilidades, de minhas capacidades, do meu conhecimento, já me coloca numa situação de restrição.
A2T2 (PcD)	As atitudes que ocasionam barreiras vêm do meio externo e de nós mesmos.
T4 (PcD)	Atitude negativa contamina a PcD e ela pensa que realmente é incapaz.
A2T2 (PcD)	A ignorância, no sentido de desconhecimento pode estar associada à palavra 'medo': eu percebo que têm pessoas que têm medo de como vão chegar em mim, de como eu vou reagir, de como é que vão poder me atender.
T5 (PcD)	As atitudes podem ocasionar barreiras graves que muitas vezes nem nos damos conta.
A1T1 (PcD)	As barreiras atitudinais referem-se às nossas ações, atitudes que, consciente ou inconscientemente são excludentes.
T4 (PcD)	Nós te agradecemos por esse momento em grupo, porque, no dia a dia, aqui dentro, não existe isso, de podermos nos reunir com o propósito de falarmos sobre nós, em relação às questões de inclusão.
T4 (PcD)	[...] ah, você é especial, vou te dar um atendimento especial... nada disso, nem mais, nem menos especial. O atendimento tem que ser igual para todos, então, nada de exageros, tanto para baixo, quanto para cima. Esses exageros causam desproporcionalidades e isso é preconceito. Não use palavras superlativas ou diminutivas, seja normal ao se reportar a uma pessoa com deficiência.

T5 (PcD)	Tem muitas sutilezas, tem situações que penso: será que isso foi uma barreira atitudinal?
T4 (PcD)	Identificar as barreiras atitudinais dentro da instituição é muito sutil... é muito de cada um. Tem pessoas com deficiência que passam por barreiras atitudinais e nem percebem... acham que 'está tudo certo, que está de acordo'. E se lhes dizem que não podem fazer tal coisa por causa de sua deficiência, elas pensam que não podem mesmo... e aceitam.
A2T2 (PcD)	Existem barreiras atitudinais muito sutis, porém muito perversas e até criminosas.
T4 (PcD)	Nós, enquanto deficientes, sofreremos com muitas barreiras relativas à nossa deficiência. E é difícil uma pessoa, por menor deficiência que tenha que não tenha convivido com uma situação de barreira atitudinal.
T5 (PcD)	Ouçoo coisas do tipo: "... não! você não pode... você não tem condições... deixa que eu faça por você".
T4 (PcD)	Como é que alguém vai me dizer, além de mim, o quanto a minha deficiência é limitadora ou não, sem me deixar mostrar do que sou capaz?
A1T1 (PcD)	Para mim, um preconceito aqui dentro da faculdade é tu ter um "pré-conceito" de que aquela pessoa é incapacitada antes que ela possa te provar o contrário.
T5 (PcD)	Tem também o preconceito daquela pessoa que diz claramente: eu não gosto de estar perto dessa pessoa - eu não suporto olhar para essa pessoa, com esse "defeito"... bem, a opção que essa pessoa tem é a de se afastar então; fora isso, dependendo do que ela fizer pode até se configurar em 'crime de discriminação.
A1T1 (PcD)	Lembro-me de uma aula, que após o professor distribuir a atividade para todos, ele ficou me olhando com uma cara de: "como é que tu vais fazer, se tu não consegues enxergar direito o que está no papel?" Daí eu comecei a perceber que "parece que tu és mesmo um imprestável"; e a impressão é a de que os colegas também percebem assim.
A2T2 (PcD)	Eu já fiquei nervoso quando alguns colegas riram da minha dificuldade com a tarefa da aula. Quando fui conversar com a professora sobre o que aconteceu, ela disse que "eu" tinha que me adaptar, pedir ajuda.

T4 (PcD)	Teve um episódio que um professor, inclusive colocou que, por conta do meu tipo de deficiência, muito provavelmente eu não teria condições de acompanhar as aulas. Acredito que a intenção dele não era de causar preconceito, mas o desconhecimento dele, sobre a singularidade de cada pessoa causava uma barreira muito grande entre nós. Depois de um tempo ele me procurou para me dizer que se surpreendeu com a minha capacidade, porque realmente achava que não seria possível.
A1T1 (PcD)	Uma professora, no 1º dia de aula, chegou para mim e disse bem baixinho: qual é o teu probleminha? E eu respondi: “Profi”, eu tenho muitos “probleminhas”... tipo: contas pra pagar, roupas pra lavar... muitos. E aí eu pensei: nossa! Ela falou “probleminha”, vou detestar essa professora! Mas daí ela foi uma ótima professora e eu fui ensinando a ela, a adaptar o material e tal; fui conversando com ela e aí eu vi que aquela palavra “probleminha” foi por uma falta de conhecimento, de como se portar, de como perguntar, de como se referir à minha deficiência.
A2T2 (PcD)	Será que só eu tenho que me adaptar ou a instituição (colegas, professores, todos) também tem que dar um passo a mais, para ser mais inclusiva?
T5 (PcD)	Encontrei uma colega do ensino médio, no primeiro dia de aula na faculdade. Pedi ajuda a ela para subir uma escada. Ela disse: hoje eu te ajudo com o maior prazer, mas eu não vou poder te ajudar sempre, porque agora, a gente está na faculdade e vai ficar chato para mim, se os garotos me virem te ajudando sempre. O que eu fiz? Eu procurei ficar meio longe da menina para não estragar o ‘cartaz’ dela com os outros meninos.
T7	A família e o meio, a sociedade influencia nas atitudes positivas e negativas, que ajudam ou prejudicam as PcD.
T8	Se a PcD não tiver uma “força” interior, ela não consegue superar as atitudes negativas.
P1	Barreira atitudinal é alguma forma de preconceito ou discriminação em relação às pessoas com deficiência. Às vezes, esse preconceito ou discriminação pode ser explícito, por meio de palavras ou ações desrespeitosas. Em outras vezes, pode ser implícito, no sentido de omitir, ignorar ou negar auxílio frente à necessidade de alguma pessoa com deficiência, no convívio cotidiano ou acadêmico.
P3	As atitudes, as posturas das pessoas impõem barreiras que dificultam as relações sociais, a comunicação com as PcD, impedindo, muitas vezes, a inclusão acontecer de forma plena.

A3T3	Quando a atitude é positiva, você vê que a vida não se restringe à deficiência. É também uma questão de educação e de cultura - daí eu pergunto: até que ponto, “somos educados”, para ter sensibilidade com outro ser humano? De pensar... Ela é uma pessoa como eu, independentemente de sua deficiência.
A4	Em sala de aula os professores não tratam diretamente conosco os assuntos da Educação Inclusiva e etc.
A6	Normalmente a barreira atitudinal reflete uma barreira que a própria pessoa que a coloca tem. Ela deixa claro, ao levantar uma barreira contra uma PcD, que ela mesma tem uma limitação pessoal.
P1	Ao longo de minha trajetória profissional já presenciei barreiras atitudinais, principalmente, na omissão de auxílio a deficientes, por exemplo, a pessoa vê um cego com dificuldades de atravessar a rua e não se oferece para ajudar.
P2	<p>Eu não enxergo a barreira atitudinal apenas como preconceito ou discriminação, mas também como negligência. A meu ver, a barreira atitudinal pode ser imposta pela direção do campus, quando essa não observa atentamente a legislação e, portanto, se torna negligente. E, em última instância, em muitos casos, a gestão geral acaba também sendo negligente.</p> <p>Eu, professor posso ser negligente, quando, por exemplo, atendo uma turma, sem procurar saber sobre quem são os alunos; E, quando a coordenação não me avisa que tem na turma, um estudante com necessidades especiais, a negligência não é só minha. A coordenação não pode deixar de passar ao professor uma informação tão importante.</p>
P3	Eventualmente percebe-se a dificuldade de colegas em trabalhar com alunos PcD, notadamente aqueles que têm algum comprometimento mental.
T6	Eu gostaria de colocar que a principal barreira atitudinal dentro da Educação é o preconceito em si e que o preconceito é “desconhecimento”.
A2T2 (PcD)	No geral, professores, servidores, alunos se deparam com situações em que não sabem o que fazer, mas uma coisa é certa: não podem fazer comparativos entre alunos com e sem deficiência, tendo como parâmetros os alunos sem deficiência.

Fonte: elaborado pela pesquisadora, com base em Bardin (2016)

Quadro 4 - Unidade de registro 2: Discurso social projetivo

T5 (PcD)	É preciso que os professores tratem esses assuntos de barreiras atitudinais, de Educação Inclusiva, em sala de aula também.
T4 (PcD)	Precisamos trocar experiências; poder conhecer outras histórias e saber que o outro também pensa, sente e vive coisas parecidas com as minhas.
A1T1 (PcD)	Acho que cabe também a nós, pessoa com deficiência ter uma determinada postura positiva e filtrar a forma como a gente percebe as barreiras atitudinais - tentar entender e até se colocar no lugar de quem tem o preconceito, se perguntando: Por que essa pessoa age assim comigo? Por que será que fala assim com a gente?
T4 (PcD)	Uma instituição é também mais inclusiva, quando, além de trabalhar com ações de sensibilização, ela contrata o maior número possível de pessoas, pensando na diversidade. Quanto mais diverso um ambiente de trabalho e de estudo, mais rico de experiência e mais preparado ele será.
A1T1 (PcD)	Tudo começa com as pessoas, nós temos um mundo feito para as pessoas, então de nada adianta ter recursos tecnológicos e tudo o mais se tu não começares com as pessoas.
P1	Desconhecimento gera preconceito. Uma das maneiras de minimizar as barreiras atitudinais nas instituições é promover palestras aos estudantes e cursos de formação aos professores e demais profissionais que atuam nas escolas, sobre deficiência e inclusão. Além disso, a formação humana deveria ser trabalhada enquanto componente curricular dentro dos cursos, inclusive nos superiores, desenvolvendo valores como empatia, respeito, solidariedade. Independentemente da deficiência, todos os seres humanos devem respeitar e ser respeitados em suas particularidades.
P2	O professor pode contribuir para romper com barreiras atitudinais, no sentido de melhorar a comunicação entre ele e o aluno PcD, utilizando, em sala de aula, recursos de Tecnologia Assistiva.
P3	É preciso mais informação e formação. Considero muito profícuo o trabalho de estudo sobre inclusão.
P4	Penso que é preciso ampliar e aprofundar o debate sobre Educação Inclusiva abrangendo toda a comunidade acadêmica, não somente docentes e discentes,

	mas também com os técnicos; não somente nas turmas com estudantes com necessidades especiais; não somente nas licenciaturas, mas em todos os cursos. Quanto mais o assunto for abordado de forma franca e aberta, explicitando as barreiras atitudinais, que muitas vezes nem percebemos que carregamos, mais os estudantes e docentes conseguirão tratar das situações com maior naturalidade, podendo inclusive romper com muitas das barreiras atitudinais.
T8	A pessoa com deficiência também tem que se colocar para combater o preconceito contra ela.
A4	Eu diria aos professores que se preparem em linhas gerais e que aguardem a chegada do aluno com deficiência para verem com ele, com outros professores e com a família como poderão lhe ajudar. Os desafios são para todos.
T6	Na docência, o professor precisa conhecer sobre diversidade social, porque tem tantas pessoas diferentes, com ou sem deficiência. E, principalmente conhecer a lei que assegura o direito de Educação à pessoa com deficiência.
A5	Perguntas que um professor deve se fazer: como posso verdadeiramente contribuir para o melhor aprendizado do meu aluno? Será que consigo sair da minha zona de conforto? Alterar minha rotina e encarar as minhas próprias dificuldades?
A6	Acredito que, no geral, os professores precisam se permitir maior abertura para as questões das PcD. Devem se desarmar, jogar fora os velhos conceitos de que as PcD são incapazes, buscar conhecimento e criatividade.
T5 (PcD)	Às vezes é uma atitude nossa que vai fazer a pessoa que tem o preconceito, dali para frente mudar. Se a gente sempre reagir da maneira como o preconceituoso espera, se encolhendo e ficando de lado, ele vai permanecer agindo com preconceito.
T4 (PcD)	Tu podes ter a maior das deficiências, mas se o teu entorno te dá todas as condições de viver, com autonomia, sem impedimentos de toda ordem, tu podes não ser considerado uma pessoa com deficiência e ter uma vida normal, sem sofrimentos diários e o contrário também é verdadeiro.
P2	Eu, professor preciso ter a consciência de que as minhas aulas precisam ser acessíveis.

Fonte: elaborado pela pesquisadora, com base em Bardin (2016)

APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Mestrado ProfEPT - Avaliação de Produto Educacional Digital
Orientanda: Elis Regina Pôncio Orientadora: Andréa Poletto Sonza
Este é um Produto Educacional em formato de e-book, que tem como objetivo ser uma ferramenta alternativa de CONSCIENTIZAÇÃO sobre a necessidade de romper com BARREIRAS ATITUDINAIS contra PESSOAS com DEFICIÊNCIA dentro das instituições de Ensino. Poderá ser utilizado como material de apoio a educadores e técnicos que trabalhem com a Educação Inclusiva e com Ações Afirmativas.
Das 36 pessoas convidadas: 19 responderam ao questionário (o que corresponde a 50% + 1). Das 19 que responderam: 03 são alunos, 06 são professores e 10 são Técnicos. Das 19 que responderam: 06 são pessoas com deficiência (03 - com deficiência auditiva, 01- com baixa visão, 01- com nanismo, e 01- com deficiência física); 13 não possuem deficiência.
Pergunta 1: Como você avalia este Produto Educacional:
As duas opções eram: <ul style="list-style-type: none">• (Opção a) Conteúdo está coerente com o tema "acessibilidade e barreiras atitudinais".• (Opção b) Conteúdo <u>NÃO</u> está coerente com o tema "acessibilidade e barreiras atitudinais".
As dezenove pessoas escolheram a opção <u>a</u> , portanto, o PE foi considerado 100% coerente com o tema proposto.

Pergunta 2: Você considera adequado utilizar este Produto Educacional (em sala de aula, seminário, palestra ou outras ações educativas), como ferramenta alternativa de ensino-aprendizagem e educação-conscientização, para estimular a conscientização acerca da existência de barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência nas instituições de Ensino e sobre a necessidade de combatê-las?

As opções de respostas eram **SIM** ou **NÃO**. As dezenove pessoas escolheram a opção “SIM”, portanto a utilização do PE, como ferramenta alternativa de ensino-aprendizagem e educação-conscientização foi considerada 100% adequada.

Pergunta 3: Se a sua resposta foi sim; e, de acordo com as suas vivências na área da Educação, para além do que foi exposto, porque mais consideras importante que esse e-book seja divulgado nas mídias e trabalhado nas instituições de Ensino?

Resposta (a): Porque é comum ouvir reclamações de colegas de que não tiveram formação em Educação Inclusiva e que não encontraram materiais sobre o assunto. Ou seja, um e-book, pode ser rápida e facilmente disseminado e pelo que pude perceber, esse possui uma linguagem acessível, além de lançar mão de ótimas ilustrações que facilitam a compreensão.

Resposta (b): Promove esclarecimentos sobre o tema.

Resposta (c): O material tem uma linguagem clara e bastante acessível, o que não significa ser raso. O tema explorado “barreiras atitudinais no processo de inclusão” é discutido a partir de importante e sólido referencial teórico, mas o que ganha destaque são as falas, as vozes, dos entrevistados. O texto é intercalado com imagens, outra forma de comunicar o que ali está sendo exposto, deixando a exposição do tema fluída e agradável. Trata-se de um excelente material para a discussão com alunos de graduação, principalmente, com alunos dos cursos de licenciatura, uso em palestras, oficinas.

Resposta (d): Em ambos os lugares, mas principalmente nas instituições de Ensino. É muito didático e de fácil compreensão, os exemplos são muito claros.

Resposta (e): Com certeza um material importantíssimo, pois aborda, de forma pedagógica e explorando recursos visuais, uma questão que limita, fecha portas e impõem dificuldades para o desenvolvimento de quem tem uma deficiência, sejam estudantes, professores ou pessoas da comunidade.

Resposta (f): Porque traz a percepção das pessoas com deficiência.

Resposta (g): É essencial que o tema seja abordado em espaços extra ambientes educacionais e acadêmicos e diferentes dos tais. As mídias são locais de grandes acessos de pessoas com ideias e pensamentos outros e iguais, são propícios para discussão e possível reflexão. Considero que o e-book em tela, pode sim, ser trabalhado nas instituições de Ensino como mais uma ferramenta de conhecimento no propósito de desconstrução, esclarecimento, quebra de barreiras atitudinais e em alguns casos, como um dos materiais de iniciação no tema.

Resposta (h): O e-book está muito bem elaborado.

Resposta (i): Abrir pensamentos, discussões e possibilidades de investimento no respeito à igualdade e na diferença de cada pessoa.

Resposta (j): Porque ele é bem informativo e ainda existem muitas pessoas que desconhecem o que é acessibilidade e como ela pode facilitar a vida de quem possui uma limitação.

Resposta (k): Pode ser utilizado na formação continuada de professores.

Resposta (l): É importante e essencial para todo docente estar preparado e consciente do seu papel ao lidar com alunos que necessitem de acessibilidade e barreiras atitudinais.

Pergunta 4: Caso você tenha respondido "NÃO", pode nos dizer por qual motivo não considera adequada a sua utilização nas instituições de Ensino?

Não houve respostas a esta pergunta.

Pergunta 5: O conteúdo deste e-book acrescentou algo a mais para a sua formação, enquanto cidadão e profissional ou estudante? Pode nos falar sobre isso em duas ou três palavras?

Resposta (a): Trouxe confiança, argumentos.

Resposta (b): Sim, principalmente com as falas dos entrevistados, sujeitos com deficiência. A autora, não apenas fala sobre eles, mas com eles, dando voz a cada um. Ler autores que tratam da temática é necessário, mas ouvir/ler os próprios indivíduos, falando das suas dificuldades e desafios, é fundamental, é o que vem primeiro.

Resposta (c): Trabalho com pessoas com necessidades específicas, mas foi ótima a ilustração.

Resposta (d): Ao considerar as dificuldades de uma pessoa com deficiência, normalmente pensamos apenas nas barreiras físicas. No entanto, as barreiras atitudinais causam muito mais obstáculos na vida desses cidadãos. Então, este material vem contribuir para a reflexão deste tema por nós profissionais, em nosso ambiente de trabalho e no convívio na sociedade.

Resposta (e): Sim, porque promove reflexão.

Resposta (f): Pouco, pois eu conheço o conteúdo, fiz duas disciplinas sobre Educação Inclusiva, além de Libras, li Vygotsky, participei do NAPNE no IFRS, ou seja, tenho uma breve caminhada.

Resposta (g): Sim. Enquanto PcD me vi representado em alguns relatos, e situações, seja no trabalho, no ambiente escolar e no dia a dia. Não podemos desconsiderar os avanços ocorridos, porém percebe-se o quanto de conquistas ainda deve acontecer.

Resposta (h): Respeito; Comprometimento; Solidariedade.

Resposta (i): Possibilidade e tensionamento do que buscamos dentro da Educação – RESPEITO. Este material pode nortear os trabalhos nesta incansável busca nos espaços escolares.

Resposta (j): A gente sempre está aprendendo coisas novas e com certeza esse e-book acrescentou muito para minha vida.

Resposta (k): Conhecimento, empatia e relevância.

Pergunta 6: Que sugestões você daria para que haja espaços educativos mais inclusivos para as pessoas com deficiência?

Resposta (a): É preciso insistir e continuamente oferecer a possibilidade da formação continuada, para que docentes se sintam mais seguros e mudem suas posturas.

Resposta (b): Criar espaços artísticos e culturais com a participação de pessoas com deficiência.

Resposta (c): Debater de forma constante essa questão em sociedade e dentro das instituições de Ensino. É preciso ser persistente, "bater na mesma tecla". Além disso, é preciso valorizar, dar voz a quem, melhor do que ninguém sabe das suas necessidades. Por isso devemos ter uma postura de escuta e não de determinação prévia daquilo que consideramos melhor para a pessoa com deficiência.

Resposta (d): Desmistificar a questão das necessidades específicas. Não vai existir nenhum curso que vai te deixar 100% seguro quando você estiver atendendo esta demanda, assim como enfrentamos desafios com os normais. Precisa ser encarado com mais naturalidade - pai e mãe precisam aceitar esse filho como veio, não dá pra devolver, assim também com os educadores. Vamos nos dispor a aprender a lidar com isso.

Resposta (e): Mais políticas públicas, divulgação e conversas sobre o assunto.

Resposta (f): Que estas pessoas sejam mais escutadas, para que saibam suas reais necessidades e somente então poder modificar a realidade com significado.

Resposta (g): Maior investimento humano nos profissionais que lidam diretamente com pessoas com deficiência, seja a deficiência que for (principalmente o professor). Neste investimento incluir os familiares, e a comunidade escolar/ensino como um todo. Creio que quando as instituições de Ensino, trabalho, as sociais e demais passarem a entender a inclusão, não a partir da deficiência em si, mas do sujeito ali presente, a inclusão passará a ser uma ação menos complexa, tumultuada, difícil, bem mais possível.

Resposta (h): Palestras para toda comunidade acadêmica falando sobre o assunto, de como somos todos seres humanos e precisamos uns dos outros.

Resposta (i): Equipes multidisciplinares atentas e que fizessem um trabalho colaborativo com os professores nas escolas buscando antecipar situações-problema desnecessárias.

Resposta (j): Quando a gente se coloca no lugar do outro percebe como são importantes as pequenas medidas que são feitas. Por isso, antes de tudo temos que ter a sensibilidade de perceber o quanto é importante para todas as pessoas estarem em espaços inclusivos. Dessa forma, acredito que os gestores deveriam vivenciar mais de perto como é a rotina das pessoas com deficiência, somente assim saberão quais as reais necessidades que elas possuem.

Resposta (k): Mais espaços formativos para docentes em geral e para a gestão em especial, especialmente para aqueles profissionais da Educação que não possuem formação pedagógica.

Resposta (l): A sociedade precisa debater sobre este tema, em todos os espaços, e não esconder ou tornar invisível estes sujeitos.

Pergunta 7: Como você avalia este Produto Educacional quanto à sua ACESSIBILIDADE.

- a. Plenamente acessível – obteve 09 respostas
- b. Bom nível de acessibilidade – obteve 10 respostas
- c. Acessibilidade insuficiente – obteve “zero” resposta.

O PE foi considerado com bom nível de acessibilidade

Pergunta 8: Quanto à acessibilidade:

Independentemente de você possuir ou não alguma deficiência, caso faça uso ou trabalhe com recursos de Tecnologia Assistiva, informe se houve alguma dificuldade referente à leitura do texto e descrições das imagens. Se houve favor descrever qual a “barreira” encontrada.

Resposta (a): Por não ter dificuldades de leitura, fica difícil opinar sobre este item.

Resposta (b): Acredito que a pergunta anterior deveria ser respondida apenas por pessoas com deficiência, pois para mim não há barreiras de acessibilidade.

Resposta (c): Muitas imagens. Faltou a descrição delas para que os programas leitores de tela as façam, e uma versão em Libras para pessoas surdas terem acesso.

Resposta (d): Para mim, dentro das minhas cognições foi plenamente acessível.

Resposta (e): Não houve.

Resposta (f): Não houve barreiras, iria sugerir versão em Libras e versão compacta para um leitor auxiliar ou em Braille.

Resposta (g): Não encontrei dificuldade alguma.

Resposta (h): Achei o texto bem interessante, apenas faria uma ressalva para a descrição das falas e/ou trechos dos entrevistados, que poderia ter ficado mais bem sinalizado que se tratava de falas dos respondentes.

Pergunta 9: Esta é uma primeira versão (pretende-se ter ainda, uma versão em Libras e uma em AUDIOLIVRO, mas precisamos ter recursos financeiros). Explicado isso, em sua opinião, como podemos melhorar este Produto Educacional? Tens alguma sugestão quanto ao conteúdo e acessibilidade?

Resposta (a): No texto há palavras sem o espaço entre elas, sugiro conferir.

Resposta (b): Poderia incluir a WCAG, norma para acessibilidade em sites: Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0 <https://www.w3.org> › WCAG20-pt-PT Outra coisa: interseccionalidade. As ilustrações foram feitas por um homem, assim possuem um viés masculino. Seria interessante haver um ponto de vista crítico acerca da questão de gênero.

Resposta (c): Sugiro apenas uma revisão do texto, pois há algumas coisas de diagramação, escrita, referências, fora do padrão.

Resposta (d): Pensando nos cegos, que necessitam utilizar sistemas de computador para conversão de texto digital em falado, acredito que poderia facilitar não utilizar parágrafos muito longos.

Resposta (e): Parabéns pelo trabalho realizado. As barreiras atitudinais precisam de um olhar atento de todos nós para que sejam minimizadas.

Resposta (f): Já respondido na anterior

Resposta (g): A versão em Libras e em audiolivro é fundamental para o acesso de pessoas com redução total ou parcial de visão e audição. Existem pessoas com total limitação de movimentos, precisamos pensar nessas pessoas e o acesso delas a este material.

Resposta (h): No momento, percebo que está bem acessível. Seria interessante públicos com diferentes deficiências manusearem o material.

Resposta (i): Talvez, colocar imagens coloridas para quem tem baixa visão.

Resposta (j): Uma versão também em Braille.

Resposta (k): Creio que o maior desafio seja a socialização deste produto, ou seja, como ele será disseminado e/ou divulgado, haja vista que é transdisciplinar e temos demandas deste tipo em todas as áreas do conhecimento.

ANEXO A – TCLE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
IFRS.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPI.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a): _____

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: O CASO IFRS**”, cujo objetivo geral é identificar elementos que comprovam a existência de barreiras atitudinais nas inter-relações sociais, acadêmicas e profissionais, entre pessoas com e sem deficiência, na instituição de Ensino pesquisada, para, por meio do Produto Educacional, contribuir com a superação das dificuldades vivenciadas pelas Pessoas com deficiência. E, como objetivos específicos: conhecer os conceitos e princípios teóricos acerca de barreiras e acessibilidade atitudinal, bem como acerca da inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de Ensino; investigar, no contexto educativo do IFRS, suas perspectivas diante da Educação Inclusiva; elaborar um Produto Educacional que permita a conscientização sobre as barreiras atitudinais contra pessoas com deficiência nas instituições de Ensino. Aplicar o Produto Educacional a um grupo de profissionais da Educação e estudantes, de diferentes espaços educativos, de modo a avaliarem-no. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul – campus Porto Alegre. A pesquisa será realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul – nos campi Bento Gonçalves e Osório. A coleta de dados se dará através de entrevista presencial (que poderá ser filmada, com sua devida autorização), tendo como instrumento, um roteiro de Entrevista Semiestruturada para servir de base ao diálogo a ser construído entre pesquisador e participantes.

=====

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, poderá mobilizar sentimentos e percepções acerca de preconceitos e discriminações sentidas (se pessoa com deficiência) ou provocadas a pessoas com deficiência. Caso isso ocorra, serei encaminhado para o NAPNE, do próprio Instituto Federal. NAPNE é o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas que orienta e promove ações que permeiam os diversos setores do campus, prestando serviços de apoio tanto aos estudantes quanto aos servidores, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o

contato imediato com a pesquisadora e sua orientadora responsáveis pelo estudo que fornecerão os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera despertar consciências de que, consciente ou inconscientemente, pessoas com deficiência são corriqueiramente discriminadas, rejeitadas e excluídas e que tais atitudes podem ser modificadas de forma positiva. Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;

- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;

- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à minha participação;

- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;

- de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Eu _____, portador do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: "**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: O CASO IFRS**". Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Uso de imagem/gravação

Autorizo o uso de minha imagem com áudio, para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito ao documentário informativo sobre acessibilidade atitudinal em ambientes universitários, o qual será produzido pela pesquisadora que também assina o presente termo.

Local _____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador (a) principal: Elis Regina Pôncio

Telefone para contato: (51) 99163-3902 / **E-mail para contato:** erponcio@hotmail.com

ANEXO B - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL CAMPUS BENTO GONÇALVES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

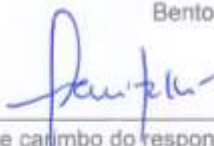
Eu, SOENI BELLÉ, responsável pelo CAMPUS BENTO GONÇALVES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS autorizo a realização da pesquisa intitulada "INACESSIBILIDADES DECORRENTES DE BARREIRAS ATITUDINAIS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA & PSICOLOGIA", a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informada(o) pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Será disponibilizado, ao pesquisador, espaço físico na Instituição (sala apropriada para entrevistas e local adequado para produção do documentário).

Bento Gonçalves, 15 de Janeiro de 2018.



Assinatura e carimbo do responsável institucional
Cargo que ocupa na instituição

SOENI BELLÉ
Diretora-Geral
IFRS – Campus Bento Gonçalves
Portaria Nº 311/2016

ANEXO C - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL CAMPUS OSÓRIO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
SUL – IFRS,
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPLI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, **CLAUDINO ANDRIGHETTO**, responsável pelo **CAMPUS OSÓRIO** do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS autorizo a realização da pesquisa intitulada “INACESSIBILIDADES DECORRENTES DE BARRERAS ATITUDINAIS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA & PSICOLOGIA”, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa (esses descritos no TCLE), bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Será disponibilizado, ao pesquisador, espaço físico na Instituição (sala apropriada para realização de entrevista - questionário semiestruturado) com alunos e servidores com e sem deficiência.

Local, ___ de ___ de ___.



Assinatura e carimbo do responsável institucional
Cargo que ocupa na instituição

CLAUDINO ANDRIGHETTO
Diretor-Geral
IFRS - Campus Osório
Portaria nº 315/2016

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador (a) principal: Elis Regina Pôncio

Telefone para contato: (51) 99163-3902

E-mail para contato: erponcio@hotmail.com




Demais pesquisadores:

Nome: Andréa Poletto Sonza (orientadora)

Telefone para contato: (54) 3449-3356 / 3455-3261 / 99940-1206

E-mail para contato: andrea.sonza@ifrs.edu.br

ANEXO D – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL CAMPUS PORTO ALEGRE

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: INACESSIBILIDADES DECORRENTES DE BARREIRAS ATITUDINAIS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA & PSICOLOGIA			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 12			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ELIS REGINA PONCIO			
6. CPF: 454.384.120-49	7. Endereço (Rua, n.º): JERONIMO COELHO 1/99999 CENTRO HISTORICO PORTO ALEGRE RIO GRANDE DO SUL		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (51) 3206-2012	10. Outro Telefone:	11. Email: erponcio@hotmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>12/01/2018</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE		13. CNPJ: 10.637.926/0003-08	14. Unidade/Orgão: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
15. Telefone: (51) 3930-6000		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>MARCELO AUGUSTO RAUH SCHMITT</u> Diretor Geral IFRS - Campus Porto Alegre Portaria: 316/2016		CPF: <u>516.349.700-63</u>	
Cargo/Função:		 Assinatura	
Data: <u>15/1/18</u>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.		MARCELO AUGUSTO RAUH SCHMITT Diretor Geral IFRS - Campus Porto Alegre Portaria: 316/2016	